UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS

Faculdade de Filosofia de Ciências Humanas

Graduação em Gestão Pública

Isadora Reis Pessoa Menezes

A crise sanitária da Covid-19 e o programa Fica-Vivo!: uma percepção através do olhar dos oficineiros

Belo Horizonte

Fevereiro, 2022

Isadora Reis Pessoa Menezes

A crise sanitária da Covid-19 e o programa Fica-Vivo!: uma percepção através do olhar dos oficineiros

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Colegiado de Coordenação Didática do Curso de Gestão Pública da Universidade Federal de Minas Gerais como requisito parcial para obtenção do título de Bacharel em Gestão Pública.

Orientadora: Prof.ª Ludmila Ribeiro

Belo Horizonte

2022

Isadora Reis Pessoa Menezes

A crise sanitária da Covid-19 e o programa Fica-Vivo!: uma percepção através do olhar dos oficineiros

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Colegiado de Coordenação Didática do Curso de Gestão Pública da Universidade Federal de Minas Gerais como requisito parcial para obtenção do título de Bacharel em Gestão Pública.

Prof.ª Ludmila Ribeiro – Departamento de Ciência Política/ UFMG (Orientadora)

José Angelo Machado – Departamento de Ciência Política/UFMG (Banca Examinadora)

Alexandre Mário de Freitas – Especialista em Políticas Públicas e Gestão Governamental (Banca Examinadora)

Belo Horizonte, 22 fevereiro 2022

AGRADECIMENTOS

O fim de uma graduação, um ciclo que depois de tanta luta se encerra. Aqui neste trabalho, o resultado de muito esforço.

Com a pandemia me vi afastada fisicamente da universidade e do ambiente que por vezes acolhia, mas também irritava. Me vi afastada dos colegas e perdi o contato com todos, fazendo esse caminho ser trilhado quase que de forma solitária em um cantinho de casa através de uma tela. Ainda assim, gostaria de agradecer a todos os colegas que passaram pela minha vida durante esse período, que me animaram, me incentivaram a continuar, que se divertiram e bagunçaram comigo pelo campus da UFMG.

Agradeço a todos os professores e professoras que foram uma inspiração, em especial ao professor José Angelo que mesmo sem saber, me ajudou a sair de um lugar de completo desespero em relação ao trabalho de conclusão de curso e me mostrou que seria possível e, claro, a professora Ludmila Ribeiro, que desde o primeiro contato que tive na disciplina de 'introdução a sociologia' me inspirou por ser uma mulher de tamanha força, a qual nutri crescente admiração e pude ter a honra de tê-la como orientadora neste trabalho, obrigada pelos conselhos, pela parceria e pela orientação.

Agradeço às minhas amigas Raquel, Ana Bea e Nicole que me ajudaram a permanecer de pé tantas vezes durante todo esse percurso e pelo laço de amor ao teatro e à arte que nos une.

Agradeço à Isabela, minha amiga e irmã de peito que mesmo de longe sinto sua presença e seu amor na minha vida.

Agradeço ao Manoel, meu companheiro de vida, de set, de cinema, de arte, de tudo. Obrigada por olhar nos meus olhos e me lembrar que sou capaz.

Por fim, agradeço aos meus pais e meu irmão, que me viram entrar na faculdade, me viram participar e engajar com o que a UFMG podia oferecer, me viram querer desistir, me viram persistir, me viram trilhar outros caminhos além da faculdade, me viram seguir outros sonhos e me veem realizando aqui um trabalho de conclusão. Obrigado por sempre me apoiarem e me amarem com tanta verdade em todas as minhas faces e fases.

Gratidão, Isa.

RESUMO

O Fica Vivo! é um programa de controle e redução de homicídios, que atua através da lógica de prevenção no Estado de Minas Gerais, estruturado em dois eixos, sendo eles a repressão qualificada e a prevenção situacional. Na ponta, esses dois eixos se materializam, respectivamente, pelo Grupo Especial de Patrulhamento em Áreas de Risco (GEPAR) e pelas oficinas do Fica Vivo!. Nessas oficinas, a figura do oficineiro é extremamente importante. Tendo em vista os benefícios e os resultados de se pensar em políticas públicas através do viés da prevenção, faz-se relevante o estudo sobre a situação de um programa como o Fica Vivo! em um contexto de pandemia. Neste mote, o presente trabalho irá focar no eixo de prevenção situacional e mais especificamente nas oficinas oferecidas pelo Fica Vivo!. Busca, assim, através da análise de seis entrevistas realizadas com oficineiros do programa em julho de 2020, entender como se deu a atuação ou inação das atividades do Fica Vivo! durante o período da pandemia do Covid-19 em Belo Horizonte. Pretende, também, compreender como os oficineiros percebem e tematizam os impactos de curto-prazo decorrentes da pandemia em relação ao Fica-Vivo! nas comunidades em que atuam. Foi observado um impacto da pandemia nas comunidades, no público-alvo do programa e para os oficineiros, também. Impactos desde a potencialização de problemas estruturais já existentes até a possível perda de jovens para a criminalidade.

Palavras-chave: Fica-Vivo!; pandemia; prevenção à criminalidade.

LISTA DE ABREVIATURA E SIGLAS

CRISP	Centro de Estudos de Criminalidade e Segurança Pública
EAD	Ensino a Distância
GEPAR	Grupo Especial de Patrulhamento em Áreas de Risco
IARA	Identificação, Análise, Resposta e Avaliação
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IPEA	Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada
OMS	Organização Mundial de Saúde
OSCIP	Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público
PBH	Prefeitura de Belo Horizonte
PIB	Produto Interno Bruto
PNAD	Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios
POSP	Policiamento Orientado para Solução de Problemas
RMBH	Região Metropolitana de Belo Horizonte
SEJUSP	Secretaria de Estado de da Justiça e Segurança Pública
SUPEC	Subsecretaria de Prevenção à Criminalidade
UFMG	Universidade Federal de Minas Gerais
UPCs	Unidades de Prevenção à Criminalidade

LISTA DE TABELAS

Tabela I – Ações que seriam implementadas e comporiam os eixos de proteção social e repressão do Fica-Vivo!

Tabela II – Fases do programa Fica-Vivo no Morro das Pedras.

LISTA DE IMAGENS

Imagem I – Distribuição espacial e regional dos homicídios em Belo Horizonte (entre 1995 a 2001)

Imagem II – Desenho esquemático da estrutura de funcionamento do Fica-Vivo

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO **10**

1. FICA-VIVO!: TRAJETÓRIA E INOVAÇÕES, DA ORIGEM ATÉ O PRESENTE. **12**

1.1. Trajetória do Fica-Vivo! **15**

1.2. Referências e bases do Fica-Vivo! **19**

1.2.1. A metodologia de Resolução de Problemas – IARA ***19***

1.2.2. Teoria da dissuasão focalizada ***20***

1.2.3. Teoria da desorganização social ***22***

1.2.4. Programa Ceasefire ***23***

1.2.5. O policiamento orientado para a solução de problemas ***24***

1.2.6. Programa Weed and Seed ***25***

1.3. Projeto Piloto: Aglomerado Morro das Pedras **27**

1.4. Avaliações já realizadas e resultados **32**

1.5. Paralisações e hiatos **35**

METODOLOGIA **38**

3. VOZES QUE PRECISAM SER OUVIDAS: O QUE DIZEM OS OFICINEIROS? **41**

3.1. Covid-19 e a comunidade (dificuldades e impactos) **42**

3.2. Covid-19 e a comunidade (dinâmicas) **49**

3.3. Covid-19 e o Fica-Vivo! (o que mudou?) **53**

3.4. Oficineiros e o Fica-Vivo! (na pandemia) **56**

3.5. Oficineiros e o Fica-Vivo! (instabilidades e dinâmicas de trabalho) **60**

3.6. Oficineiros e o Fica-Vivo! (relação com os jovens) **63**

3.7. O Fica-Vivo! e a comunidade (dinâmicas desenvolvidas e perdidas) **66**

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS **72**

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS **76**

ANEXO 1 – Roteiro da entrevista com os oficineiros **79**

INTRODUÇÃO

O Fica Vivo! é um programa de controle e redução de homicídios, que atua através da lógica de prevenção no Estado de Minas Gerais, e surgiu como uma iniciativa do Centro de Estudos de Criminalidade e Segurança Pública (Crisp) da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) (Beato et al, 2017). Desde 2003, o programa é coordenado pela Secretaria de Estado de Justiça e Segurança Pública (SEJUSP) de Minas Gerais. Hoje está presente em 26 comunidades que historicamente concentram elevadas taxas de homicídios de jovens no estado de Minas Gerais (Silveira, 2008).[1]

O programa é estruturado em dois eixos, sendo eles a repressão qualificada e a prevenção situacional. Na ponta, esses dois eixos se materializam, respectivamente, pelo Grupo Especial de Patrulhamento em Áreas de Risco (GEPAR) e pelas oficinas do Fica Vivo!. Nessas oficinas, a figura do oficineiro é extremamente importante. Atuando como um ator estratégico e como uma liderança comunitária, o oficineiro é um membro da comunidade e, de preferência, alguém que já esteve envolvido em algum tipo de dinâmica criminal, tendo escapado do que os jovens denominam de três Cs: cadeia, caixão ou cadeira de rodas (Canuto et al, 2015). O oficineiro possui a proximidade e confiança necessária dos jovens para sedimentar um diálogo aberto, mas não conivente, que se aproxima da relação com um conselheiro, tutor ou até mesmo familiar (Beato et al, 2017).

Uma das dificuldades encontradas para implementação de programas com o caráter preventivo à violência e aos homicídios no Brasil é a grande pressão e valorização de políticas com caráter repressivo, que compõem o ideário tradicional de combate à violência (Silveira, 2008). A violência, porém, é um fenômeno complexo no qual as medidas meramente de repressão, e que são em sua maioria isoladas, não dão conta da demanda (Braga e Domingues, 2011). Por isso, a importância de projetos que visam articular medidas de repressão e prevenção, quanto incorporam a prevenção como uma parte importante em políticas de segurança pública.

De acordo com Silveira (2008), um estudo feito por Andrade e Peixoto (2005) concluiu que o programa Fica Vivo! era o que apresentava melhor custo efetividade em comparação com

[1] Nesse sentido, ver: http://www.seguranca.mg.gov.br/2013-07-09-19-17-59/2020-05-12-22-29-51/programas-e-acoes, acesso em 07 de dezembro de 2021.

outros oito. Segundo as autoras, o Fica Vivo! evita 1.548,73 crimes sérios por milhão de reais investidos. Ainda de acordo com Silveira (2008), o programa, em sua versão piloto, implementado no Aglomerado Morro das Pedras em Belo Horizonte, conseguiu atingir excelentes resultados, promovendo uma redução em 47% dos homicídios em 12 meses e obteve, também, adesão por parte da comunidade ao projeto, além de outros benefícios encontrados em outras avaliações.

Tendo em vista os benefícios e os resultados de se pensar em políticas públicas através do viés da prevenção, faz-se relevante o estudo sobre a situação de um programa como o Fica Vivo! em um contexto de pandemia. Faz-se de suma importância entender como as lideranças governamentais lidaram com a continuidade dos serviços e políticas públicas nesse período e como a atuação ou inação das atividades do Fica Vivo! impactaram a comunidade e os oficineiros, trabalhadores da ponta dessa política pública.

Neste mote, o presente trabalho irá focar no eixo de prevenção situacional e mais especificamente nas oficinas oferecidas pelo Fica Vivo!. Busca, assim, através da análise de seis entrevistas realizadas com oficineiros do programa em julho de 2020, entender como se deu a atuação ou inação das atividades do Fica Vivo! durante o período da pandemia do Covid-19 em Belo Horizonte. Pretende, também, compreender como os oficineiros percebem e tematizam os impactos de curto-prazo decorrentes da pandemia em relação ao Fica-Vivo! nas comunidades em que atuam. Sendo assim, o trabalho será guiado pela seguinte pergunta de pesquisa: A partir do olhar dos oficineiros, como a pandemia afetou a dinâmica do "Fica-Vivo!"?

O trabalho estará dividido em quatro partes além desta introdução: primeiramente será feito uma breve revisão bibliográfica sobre o tema, buscando estabelecer uma contextualização do programa (sua origem, objetivos, onde está presente e como se estabeleceu nos anos prévios). Depois, será apresentada a metodologia, destacando quando as entrevistas foram realizadas, quem foram os entrevistados e como se deu a análise desses depoimentos. Na terceira parte, analisa-se as falas dos oficineiros entrevistados, buscando traçar semelhanças nas visões compartilhadas e entender os desafios e as dinâmicas do programa no período da pandemia do Covid-19, entendendo inclusive como a própria pandemia impactou na comunidade. Por fim, em quarto, tem-se a conclusão.

1. FICA-VIVO!: TRAJETÓRIA E INOVAÇÕES, DA ORIGEM ATÉ O PRESENTE.

O presente trabalho desenvolve-se a partir do entendimento da política pública de segurança voltada para a redução de homicídios que se estabeleceu em Belo Horizonte e na região metropolitana, também conhecido como Fica-Vivo!. O objetivo deste capítulo é apresentar a origem do Fica-Vivo! com a finalidade de entender sua formação, como foi pensado, como se estabeleceu e se sofreu alguma alteração ao longo dos anos de implementação para que se tenha, também, um parâmetro para comparação. Além disso, pretende-se explorar as inovações que se tornaram possíveis com a implementação do Fica-Vivo! e como isso influencia na formação e na percepção de políticas públicas voltadas para segurança.

De acordo com Minayo (2012), a compreensão e a internalização dos termos que fundamentam uma investigação são o ponto de partida para a boa análise de um material qualitativo. Por isso, esse capítulo faz-se importante para solidificar o entendimento acerca dessa política para que, então, ao iniciar a análise do material qualitativo se tenha um ponto de partida teórico bem estabelecido possibilitando uma análise mais fidedigna.

Para adentrar na origem do Fica-Vivo! e as teorias que embasaram sua criação, é necessário primeiro entender a violência como fenômeno social e suas consequências. Ainda que a violência não seja um fenômeno recente e que tem um histórico extenso de relatos, acontecimentos e discussões filosóficas no percurso da humanidade, foi a partir do momento em que se reconheceu a violência como fenômeno social que ela se torna objeto de estudo e reflexão de diversas áreas do conhecimento e, principalmente, uma preocupação de ordem pública. A violência sob a forma da criminalidade gera preocupação e temor social influenciando na sensação de segurança do cidadão e, por conseguinte, como este se coloca no mundo e organiza sua rotina. (Borges, 2013; Carvalho et al, 2015; Hayeck, 2009; Minayo et al, 1993; Silveira, 2007).

Os homicídios chamam a atenção dentro da temática da criminalidade e da violência por apresentarem números expressivos em termos de mortes violentas. No mundo, cerca de um terço das mortes violentas nos anos 2000 foram por homicídios, chegando ao número de 520 mil mortes (Castro et al, 2004). É um fenômeno mundial que afeta principalmente países em desenvolvimento pelo custo elevado que representa. Como expõe Silveira (2008), há diversos gastos que compõem os custos dos homicídios, como "gastos com o sistema judicial criminal, serviços médicos, pagamento de benefícios previdenciários, seguros privados e serviços de

assistência social [...]" entre outros, além dos "efeitos econômicos multiplicados como [...] a redução da qualidade de vida e a erosão da confiança mútua". Ainda de acordo com Silveira (2008), um estudo do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA) estimou que em 2004, o custo total da violência para o Brasil foi de 92,2 bilhões de reais, equivalente a 5,09% do Produto Interno Bruto (PIB), significando um valor de R$519,40 *per capita*.

Os parâmetros anteriores apresentados revelam as muitas facetas que envolvem o fenômeno da violência, principalmente sob a forma dos homicídios e indicam para a relevância do desenvolvimento de estudos na área e para a realização de esforços em direção à prevenção da violência. Castro et al. (2004) menciona o relatório da Organização Mundial da Saúde (OMS) que recomenda a necessidade da criação, implementação e monitoramento de planos que visem prevenir a violência por parte dos governos pela característica de previsibilidade e possibilidade de prevenção do fenômeno violência.

Outro indicador marcante em relação aos homicídios diz respeito ao perfil das vítimas e as relações que os homicídios têm com outras criminalidades, como o narcotráfico, por exemplo (Castro et al., 2004). Estudos sugerem que, no Brasil, as vítimas dos homicídios são majoritariamente homens, na faixa etária entre 15 a 24 anos, com baixo nível de escolaridade em que no ano de 1997 um estudo[2] mostrou que "cerca de 80% das vítimas de homicídios possuíam apenas o primeiro grau", em sua maioria negros ou pardos, desempregados ou inseridos em atividades que não requer qualificação profissional alta. Dentre as motivações mais comuns dessas mortes estão "as dívidas de compra de drogas não-saldadas, vinganças, conflitos de natureza subjetiva e desentendimentos por brigas anteriores" (Silveira, 2008). Para a região de Belo Horizonte, Minas Gerais, as disputas e brigas pelo domínio de pontos de venda de drogas por gangues rivais são as causas mais relacionadas com os homicídios. (Castro et al., 2004).

Um estudo realizado por Castro et al., (2004), que buscou agrupar municípios de Minas Gerais com taxas semelhantes de homicídios, indica que em Belo Horizonte e Região Metropolitana os altos índices de homicídios estejam associados ao grande tamanho das cidades e com as áreas com concentração de pobreza que aglutinam as ocorrências das criminalidades relacionadas com o narcotráfico. No entanto, é necessário ressaltar que, como enfatiza Beato (2013, p. 4),

[2] Castro et al., (2004) cita o estudo "Condicionantes Sociais, poder de polícia e o setor de produção criminal" de Cerqueira & Lobão (2003)

> "A percepção de senso comum de que favelas constituem-se, *per se*, em condição para existência de criminalidade violenta não é verdadeira. Existem muitos conglomerados urbanos que necessariamente não são regiões com maior incidência de criminalidade do que quaisquer outros bairros. "

Portanto, o recorte social, racial e regional das vítimas de homicídios ameaça, principalmente, a vida e futuro de jovens periféricos que inseridos em um contexto de carência de políticas públicas e desorganização social, precisam de uma política que olhe especificamente para essas vidas e trabalhe com foco na resolução de problemas e conflitos.

1.1. Trajetória do Fica-Vivo!

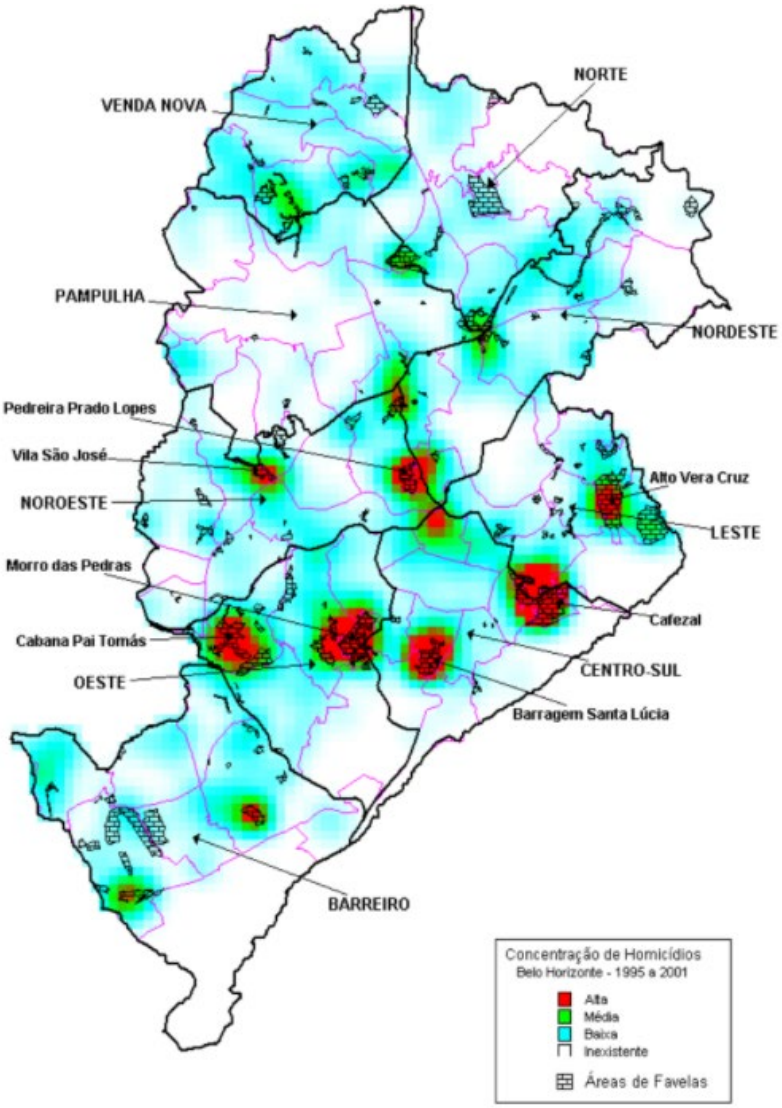
Para entender a história do Fica-Vivo! será feita uma revisão bibliográfica de autores que já adentraram e exploraram extensivamente a trajetória inicial dessa política pública. Iremos nos embasar aqui nos trabalhos desenvolvidos por Andréa Maria Silveira (2007, 2008, 2009) e Cláudio Chaves Beato Filho (2013 e 2017).

O Fica-Vivo! originou-se de um grupo de trabalho, que iniciou sua atuação em 2002, criado pelo CRISP em resposta ao crescimento de crimes envolvendo homicídios na cidade de Belo Horizonte. Vale ressaltar que o CRISP existe desde 1997 e àquela época do início do trabalho em 2002 já havia desenvolvido outros trabalhos com êxito, todos envolvendo estudos extensivos e aplicação de metodologias cientificamente fundamentadas. O objetivo era criar um "Programa de Controle de Homicídios", que mais tarde adotou o nome que conhecemos hoje: Fica Vivo!

Primeiramente, foi realizado um estudo sobre os homicídios em Belo Horizonte, buscou-se entender detalhadamente sobre esse fenômeno traçando a distribuição espacial e sócio demográfica dos homicídios. Os resultados apontaram para direções congruentes ao do recorte social, racial e regional exposto anteriormente em relação às vítimas de homicídios. Os agentes dos crimes de homicídios se concentram na faixa etária entre 25 e 30 anos de idade, sugerindo que os agentes são geralmente um pouco mais velhos que as vítimas (15 a 24 anos); os mais jovens tendem a realizar ações criminosas motivados por razões relacionadas a drogas, enquanto os mais velhos matam por passionalidade. Em relação à distribuição regional, encontrou-se um padrão bastante particular, a ocorrência de homicídios se distribuía de maneira bastante heterogênea pela cidade, se concentrando em 6 dos 81[3] aglomerados urbanos da cidade, como pode-se ver na imagem I a seguir.

[3] A Agência de Desenvolvimento da Região Metropolitana de Belo Horizonte (Agência RMBH) publicou em 8 de julho de 2020 o "Mapeamento Preliminar de Aglomerados Subnormais na Região Metropolitana de Belo Horizonte (RMBH)" em que no município de Belo Horizonte (sem considerar Região Metropolitana) a quantidade atual de aglomerados subnormais é de 192. O levantamento dos dados utilizou bases do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) que seria utilizado para o Censo de 2020 e que foi adiado para 2021 devido à pandemia do Covid-19. Para mais informações, ver: http://www.agenciarmbh.mg.gov.br/agencia-rmbh-realiza-mapeamento-dos-aglomerados-vilas-e-favelas-vulneraveis-a-proliferacao-da-covid-19/, acesso em 14 de dezembro de 2021.

Imagem I – Distribuição espacial e regional dos homicídios em Belo Horizonte (entre 1995 a 2001)



Fonte: Silveira (2007)

Na imagem anterior, podemos perceber a concentração dos homicídios nas seguintes localidades: Cabana Pai Tomás, Morro das Pedras, Barragem Santa Lúcia, Cafezal, Alto Vera Cruz e Pedreira Pradpo Lopes. Esses "condensados" que agrupam espacialmente o fenômeno observado também são chamados na literatura observada de "clusters" ou "hotspots".

Em segundo, após a realização do estudo sobre a distribuição espacial dos homicídios, foi desenhada uma "pesquisa de vitimização" de maneira que nessas 6 localidades de destaque o objetivo era ter uma super amostragem. A partir do processamento dos dados encontrados nesta pesquisa, o grupo observou que nas localidades de favelas violentas, a porcentagem para

as pessoas que conheciam alguém (parente, amigo ou vizinho) que foi assassinado, foi maior do que para as pessoas residentes em favelas não violentas e regiões de não favela. De acordo com Silveira (2007), essa observação foi importante para se ter uma dimensão da presença da violência como parte da vida diária dessas pessoas. Em relação às motivações desses crimes, citadas anteriormente, vale fazer um adendo em relação àquelas que possuem suas dinâmicas pautadas pela vingança, retaliação e punição. Essas são tratadas por Canuto, Guerra e Martins (2015) como mortes engendradas em uma dinâmica de reciprocidade hostil em que não se é possível recusar ou recuar, criando um ciclo de trocas hostis que marcam a vivência diárias dos jovens.

O grupo passou a ser composto, além dos técnicos e pesquisadores do CRISP, pelos técnicos da Prefeitura de Belo Horizonte (PBH), Ministério Público, Polícia Civil e Militar de Minas Gerais e juízes. A partir de então, foram realizados encontros e reuniões que serviram para delimitar e traçar os contornos do Fica-Vivo. Dos desfechos fundamentais que surgiram das reuniões estão: 1. Consenso em que os homicídios eram o problema alvo a ser enfrentado; 2. Reconhecimento de defasagem nas estáticas feitas apenas com a base de dados das polícias e necessidade de ampliação das informações com base em outras agências públicas; 3. Decisão de aplicar um modelo de intervenção que abarcasse duas frentes, a de proteção social (que seria a prevenção situacional) e de repressão à criminalidade (De acordo com Silveira (2007) essa decisão surgiu a partir de um dissenso que se instalou durante a discussão entre membros da polícia e técnicos da PBH. A discordância se deu pelo fato de que um grupo defendia medidas de controle e outro de acolhimento. Com essa situação posta, o CRISP teria sugerido um modelo com as duas frentes, o que foi abraçado pelos dois grupos. Importante pontuar como se deu a tomada dessa decisão, pois é um exemplo de barganha entre atores durante a formulação e elaboração de estratégias de um projeto que viria a se tornar uma política pública); 4. Definição do público alvo: jovens; 5. Entendimento do projeto como promotor de ações multisetoriais; 6. Delineação dos aspectos a serem considerados para a escolha da localidade que seria implementado o projeto piloto; 7. Definição do Morro das Pedras como local a ser implementado o piloto; 8. Entendimento de características importantes em relação ao Morro das Pedras, como por exemplo, entendimento a respeito dos atores, lideranças e associações comunitárias que atuavam no Morro das Pedras e a capacidade de mobilização que esses atores tinham – foi identificado que existiam dificuldades na mobilização da comunidade; 9. Ampliação do grupo, que passou a contar com lideranças comunitárias, profissionais de escolas,

centros de saúde e outros equipamentos locais, universidades e outros; 10. Definição das ações prioritárias que seriam implementadas.

Silveira (2007, p. 138) cita 6 ações que foram definidas, as informações foram sistematizadas na tabela a seguir.

Tabela I – Ações que seriam implementadas e comporiam os eixos de proteção social e repressão do Fica-Vivo!

Ações que seriam implementadas e comporiam os eixos de proteção social e repressão					
Ação	Objetivo	Como?	Ocorreu?	Quando	Observações
Campanha "Reage Minas" (Realizada pela Rede Globo de TV).	Chamar a atenção para o problema dos homicídios e dissuadir o ingresso à criminalidade e gangues.	Produzir pequenos documentários para retratar a vida nos aglomerados, demonstrar os impactos da violência nas vidas locais e conter relatos de jovens sobre as consequências da violência relacionada a gangues.	Sim	Segundo semestre de 2002	
Campanhas educativas dirigidas a jovens.	Dissuadir o ingresso à criminalidade e gangues.	Realizar palestras em difentes equipamentos locais (escolas, igrejas, associações) divulgando nomes e fotos de jovens vítimas da violência relacionada ao tráfico. Além das palestras, panfletar essas informações das vítimas, além dos homicidas procurados pela Polícia.	Sim	Entre agosto de 2002 e maio de 2003	As palestras foram realizadas por PM's, maioria delas em escolas. A estratégia de divulgar fotos e nomes dos homicidas procurados, porém, gerou mal-estar e não foi recebido positivamente
Esquadrões de proteção	Dissuadir o ingresso à criminalidade e gangues.	Ter jovens egressos de gangues realizando abordagem nas ruas para conscientizar os outros jovens.	Não	Não se aplica	
Fóruns comunitários	Ter um espaço para discussão dos problemas da comunidade e das regras de convivência; ser uma ferramenta de interação do grupo de trabalho com a comunida.	Realizar esses Fóruns Comunitários (não há detalhes sobre periodicidade).	Sim	Ocorreu um em Setembro	
Incremento dos Custos dos Homicídios	Aumentar os custos dos homicídios para que se reduzisse e dificultasse a propensão de acontecimento de mortes violentas e do narcotráfico.	Impor sanções para quem quebrasse as regras de convivência que envolviam: "não matar", "não traficar ou consumir drogas em público" e "não utilizar armas de fogo" por meio da ocupação do aglomerado por forças policiais	Sim/Não	Entre agosto de 2002 e maio de 2003	Ocorreram 3 ocupações entre agosto de 2002 e maio de 2003, mas por falta de estrutura da polícia, não foi sempre que as ocupações ocorreram.
Suporte Comunitário e Rede de Proteção	Acolher jovens envolvidos com gangues que desejassem sair.	Utilizando de ferramentas e recursos já disponíveis e em atuação oferecidos por outras agências para oferecer oportunidade de emprego. (Não fica claro se haveria outras maneiras de acolhimento)	Não fica claro	Sem informação	Apenas na data tal que foi criado um centro de referencia.

Fonte: Elaboração própria

O Fica-Vivo foi definido por Silveira (2007) como um programa abrangente (compreensivo) que engloba diversos fatores de risco e proteção e são, normalmente, multisetoriais e multidisciplinares; focalizado que implementa suas atividades em áreas elegidas com base em critérios previamente estabelecidos e; comunitário que implementa as ações para e através da comunidade, com participação na elaboração, execução e monitoramento das ações.

1.2. Referências e bases do Fica-Vivo!

Para a estruturação do programa as bases e referências metodológicas teóricas foram: metodologia de Resolução de Problemas – IARA (identificação, análise, resposta e avaliação); Teoria da dissuasão focalizada e teoria da desorganização social. Para as referências experimentais, 3 programas internacionais de sucesso foram o referencial, sendo eles: 1. Programa *Ceasefire* de Boston; 2. Policiamento orientado para a solução de problemas da polícia de Nova Iorque e; 3. Estratégia *weed and seed*.

1.2.1. A metodologia de Resolução de Problemas – IARA

A metodologia de Resolução de Problemas – IARA (identificação, análise, resposta e avaliação) é uma metodologia desenvolvida por John Eck e Bill Spelman, em que IARA é uma tradução da sigla em inglês SARA (*scaning, analysis, response and assessment).* Essa metodologia consiste em "identificar e especificar os problemas, analisar para descobrir as causas desses problemas, responder baseado nos dados analisados para eliminar as causas geradoras dos problemas e avaliar o sucesso de todo esse processo" (Morais e Vieira, 2015, p. 233). Vale ressaltar que "problema", aqui, é algo que precisa ser definido, de acordo com Morais e Vieira (2015), "problema", nesse contexto, seria um conjunto de ocorrências ou incidentes que ocupam um lugar de preocupação para a comunidade e para a polícia em relação à segurança pública e que possuem similaridades em tempo, modo, lugar e pessoas.

A partir dessa definição, a primeira fase, de identificação dos problemas, é baseada em dados coletados de fontes confiáveis. O método IARA, no contexto da segurança pública e policiamento, propicia a congregação de diversos atores institucionais por promover a busca de dados em outras instituições além das de segurança pública, como secretarias de saúde e educação. Na fase de análise, é necessário entender muito bem a causa do problema tratado para que não se ataque os efeitos do problema, e sim a raiz causadora. Nessa segunda fase pode-se utilizar do triângulo de análise de problema, representado por infrator, alvo e local. Na fase terceira, de resposta, a busca é por uma solução efetiva e que busque descobrir respostas além das táticas tradicionais, com atenção para a prevenção. Na quarta fase, de avaliação, também inovadora e metodológica para as ações policiais, permite que sejam avaliadas as respostas encontradas na fase anterior. A partir da avaliação é que se é possível entender se as fases anteriores devem ser revisitadas e reformuladas ou se a tática encontrada funcionou e pode ser, inclusive, replicada em outras localidades com diagnóstico semelhante (Morais e Vieira, 2015).

1.2.2. Teoria da dissuasão focalizada

A teoria da dissuasão focalizada (ou focada), de acordo com Beato (2017), é uma estratégia que consiste em "selecionar quais são as situações em que a atuação repressiva do sistema de justiça criminal, pautada pela detenção, é efetivamente necessária". Desse modo, essa teoria supõe que os responsáveis pela maioria dos delitos fazem parte de pequenos grupos, então se utiliza de uma estratégia focada nestes grupos para tentar influenciar a maioria de seus participantes a não cometerem novos delitos. Essa estratégia combina a aplicação da lei, a mobilização da comunidade e a prestação de serviços sociais. (Bittencourt e Silveira, 2021).

De acordo com Braga et al. (2019), a ação chave da dissuasão focada é a comunicação direta com infratores, deixando claro as consequências da continuidade do ciclo de infrações e violência e evidenciando a disponibilidade de serviços sociais. As estratégias usadas visam mudar o comportamento de criminosos por meio do entendimento das dinâmicas que propiciam o surgimento e manutenção da criminalidade em cada localidade e, assim, aplicar uma estratégia apropriada levando em conta as particularidades encontradas. Como dito anteriormente, essas estratégias irão combinar três esferas, sendo elas, a aplicação da lei, a mobilização da comunidade e a prestação de serviços sociais. A comunicação direta também entra aqui. Dessa forma, busca-se inibir comportamentos indesejados e facilitar o surgimento de comportamentos desejáveis.

Braga et al. (2019) cita três tipos básicos de programas com enfoque em dissuasão focalizada. Cada um deles utiliza dessa estratégia com um enfoque diferente. O primeiro tipo é focado em estratégias para redução de violência envolvendo gangues e grupos criminais ativos. Como exemplo é citado o *Boston Operation Ceasefire*, que iniciou durante os anos 90 e foi um dos programas inspiradores para o Fica-Vivo!. Neste tipo de experiência, há a participação de diferentes atores, incluindo agências de justiça criminal, organizações de serviço social e membros da comunidade. Eles se unem em prol de engajar diretamente com esses grupos violentos e comunicar e reforçar mensagens morais e da lei, além de oferecer ajuda para aqueles que quiserem e desenvolver campanhas estratégicas que mostrem os custos da continuação do comportamento violento para aqueles que continuarem.

O segundo tipo é focado em estratégias que atuam no mercado das drogas no nível da rua. Essa forma de estratégia pretende fazer uma intervenção no mercado das drogas por meio da identificação dos traficantes. A partir dessa identificação, há uma distinção daqueles que reproduzem atos violentos dos que não são violentos. Os traficantes violentos são apreendidos

e os que foram identificados como não violentos têm seus processos judiciais ativos suspensos e são reunidos juntamente com familiares, oficiais da justiça, líderes da comunidade e outros para uma reunião em que o artifício da comunicação direta é utilizado com o objetivo de transmitir a mensagem de que o tráfico cometido por eles precisa parar e que eles serão acolhidos pela comunidade que se preocupa com eles, mas rejeita seus atos. Oportunidades de emprego são apresentadas e é deixado claro que caso seja identificado mais algum caso de tráfico, as medidas legais serão tomadas.

O terceiro tipo é focado em indivíduos com risco de alta periculosidade. Esse enfoque visa prevenir a reincidência de crimes por parte desses indivíduos e consiste em aumentar os custos da criminalidade por meio do uso de diversas ferramentas jurídicas, bem como comunicar diretamente que no caso de uma próxima reincidência, sérias consequências legais sucederão e contam com vozes morais da comunidade para deixar claro que a violência será uma conduta inaceitável.

Desses três tipos citados, o que apresenta níveis maiores de efetividade e redução de criminalidade quando implementada é a que coloca como alvo gangues e grupos criminosos ativos, seguido pelo tipo que atua diretamente com infratores recorrentes e depois aquelas que fazem intervenções no mercado das drogas. (Braga et al. 2019)

Vale destacar que as estratégias da dissuasão focalizada compartilham com o policiamento orientado para a solução de problemas e com intervenções de saúde pública que visam a redução da violência um modelo de pesquisa-ação comum. Inclusive, há a utilização de exercícios que são comuns a estratégias que buscam a resolução de problemas, como por exemplo, analisar um crime que ocorre com muita frequência e, então, formular uma resposta com base na análise e customizada de acordo com as condições locais e a capacidade operacional. Isso permite que a polícia tenha uma assertividade maior e que atue de forma mais inovadora. (Braga et al. 2019). Com isso, a dissuasão focada visa, além de aumentar os custos da criminalidade, diminuir estruturalmente as oportunidades para a emergência do crime. Braga et al. (2019) citam que uma das ênfases da dissuasão focada é aumentar a eficácia coletiva das comunidades e a legitimidade das ações policiais e, por isso, a importância do engajamento da comunidade nas estratégias desenvolvidas.

1.2.3. Teoria da desorganização social

A teoria da desorganização social, de acordo com Silveira (2007), surgiu a partir de um trabalho realizado por Shaw e McKay em 1969 chamado *Juvenile Deliquency and Urban Areas*. Neste trabalho, os autores utilizaram conceitos da ecologia e aplicaram ao estudo criminal e observaram que "21 cidades norte-americanas apresentaram altas taxas de delinquência ao longo de várias décadas apesar de terem experimentado mudanças em sua composição étnica e racial" (Silveira, 2007, p. 46). Essa perspectiva teórica, além de focar na comunidade ao invés de partir dos indivíduos, se baseia nas características dessas comunidades que apresentam altas taxas de criminalidade, como por exemplo altas taxas de pobreza, desemprego e heterogeneidade cultural. Características essas que geram uma mobilidade residencial alta que faz com que as famílias não queiram permanecer nessas localidades por muito tempo, partindo para outras regiões assim que possível, e assim dificultando a formação de um laço de amizade e uma trama de relações que favoreça o surgimento de uma coesão social nessas comunidades. As reflexões de Shaw e McKay apontavam para a capacidade das comunidades em prevenir e controlar o crime, para eles, aquelas comunidades que apresentavam concentração de problemas sociais e por consequência grande mobilidade residencial, apresentariam capacidade reduzida para prevenir e controlar o crime.

Shaw e McKay estabeleceram os fundamentos da teoria da desorganização social e, mais tarde, o conceito foi definido por Sampson e Groves, em que a desorganização social é "a incapacidade da comunidade de realizar os valores comuns de seus residentes e manter efetivo controle social" (Sampson e Groves, 1989 apud Silveira, 2007, p. 47). A incapacidade de uma comunidade em monitorar os seus jovens, sobretudo daqueles envolvidos com gangues, destaca Silveira (2007), é a principal manifestação de desorganização social.

Vários estudos e pesquisas se decorreram a partir da teoria da desorganização social, é preciso citar, também, o conceito de eficácia coletiva e uma reformulação sistêmica que se deu da teoria da desorganização social (Silveira, 2007).

A eficácia coletiva é o oposto da desorganização social e seria, então, a presença entre os moradores e na vizinhança da "confiança mútua e disposição para intervir em prol do bem comum". Entender, aqui, o conceito de eficácia coletiva é importante, pois está altamente relacionado com o estabelecimento de regras dentro da comunidade a partir dos moradores, pois é quando esses se identificam em um sentimento coletivo de intervenção e definição de

comportamentos inadequados e não tolerados que se dificulta o acontecimento de eventos criminosos. (Silveira, 2007).

Segundo Silveira (2007), a reformulação sistêmica da teoria da desorganização social se deu a partir de Bursik e Grasmick em 1993, que apresentam argumentos de que "o crime é mais provável em áreas nas quais as redes de controle não podem prover serviços à vizinhança [...] [e] que o efeito da privação econômica sobre o crime e a delinquência seria indireto e mediado pela capacidade da vizinhança mobilizar recursos de instituições e atores externos (provedores de serviços de saúde, educação, lazer e justiça criminal)" (Silveira, 2007, p. 49-50).

A grande contribuição dos estudos da teoria da desorganização social diz respeito ao achado de que para a redução das taxas de criminalidade é necessário desenvolver programas voltados para comunidades específicas visando a mudança nas condições de vida nessas localidades (Silveira, 2007).

1.2.4. Programa Ceasefire

O programa *The Boston Gun Project's – Operation Ceasefire*, também conhecido apenas por Programa *Ceasefire* (em português, Cessar-fogo) foi uma experiência de ação voltada para prevenção de homicídios que ocorreu em alguns bairros de Boston, em 1995. Esses bairros eram aqueles que apresentavam sérios problemas com violência juvenil. O programa contava com um grupo de trabalho que mobilizava diferentes atores sociais e seu público alvo, assim como o Fica-Vivo! eram jovens, na faixa etária entre 14 e 24 anos e tinha o objetivo de enfrentar o problema dos homicídios, combater o tráfico de armas e reduzir o medo nos bairros em que a violência era alta. (Braga et al., 2001; Silveira, 2007)

O policiamento orientado para problemas e a dissuasão focalizada eram parte das estratégias dessa iniciativa e incluía dois elementos centrais: identificar e atacar de forma direta traficantes que forneciam armas para jovens e impossibilitar a violência de gangues. O programa contava com características marcantes da dissuasão focalizada, como comunicação direta com gangues e transmissão explícita da mensagem de que a violência não seria mais tolerada. Vale ressaltar que o programa não almejava extinguir as gangues e sim controlar a violência de alta periculosidade, especialmente homicídios. O programa utilizava disso nas comunicações com as gangues e usavam como exemplo aquelas que não haviam cumprido o esperado de cessar-fogo e tinham sofrido as respostas legais. Era imprescindível que os

membros das gangues entendessem as novas regras que estavam sendo impostas e que a mensagem sobre as consequências fosse crível. (Braga et al., 2001)

O programa foi bem-sucedido, conseguindo reduzir consideravelmente os homicídios nos bairros alvo e se tornou uma inspiração para diversos outros projetos de prevenção à violência (Silveira, 2007).

1.2.5. O policiamento orientado para a solução de problemas

De acordo com Morais e Vieira (2015), o policiamento orientado para a solução de problemas, no Brasil também conhecido como Posp, teve seu conceito introduzido por Herman Goldstein em 1979. O Posp, em relação a outras formas de policiamento, especialmente as formas tradicionais, conhecidas pela ênfase no policiamento ostensivo e na repressão, traz a contribuição de lançar um olhar e promover atuação sobre as causas dos problemas de segurança pública, ao invés de, através do policiamento ostensivo, reagir a ocorrências isoladas. O Posp propicia a perspectiva de um trabalho interagências, em que a polícia pode e deve buscar a elaboração de uma resposta que "congregue todos aqueles que têm responsabilidade sobre cada causa específica" (Morais e Vieira, 2015, p. 233). O Posp, por pautar-se no método IARA, explorado anteriormente, propicia um policiamento mais eficiente, baseado em dados reais e concretos.

O policiamento orientado ao problema vem sendo implementado de forma conjugada com o policiamento comunitário. O policiamento comunitário, por sua vez, tem como ênfase a participação dos cidadãos (Neto, 2006) e teve seu conceito constituído e fixado a partir dos processos de experimentação que ocorreram na década de 1950 nos Estados Unidos pelas polícias locais. Atualmente na literatura, o policiamento comunitário conta com três eixos estruturantes, a saber: descentralização organizacional, envolvimento com a comunidade na definição das ações das polícias e uso da metodologia de solução de problemas. Esses eixos dependem de mudanças estruturais das agências policiais em que suas competências e estruturas são redefinidas e, por isso, o policiamento comunitário deve ser entendido como um processo de reforma organizacional, e não como um programa ou estratégia (Ribeiro e Montandon, 2014 e Neto, 2006). Essas mudanças pressupõem maior poder ao policial de ponta; a comunidade como participante na identificação, análise, planejamento das respostas aos problemas, avaliação dos resultados e exercício do controle negativo e positivo das ações policiais e; domínio da metodologia de solução de problemas (Neto, 2006; Ribeiro e Montandon, 2014 e Skogan, 2008 apud Ribeiro e Montandon, 2014). De acordo com Neto (2006), no policiamento

comunitário as forças policiais passam a se envolver na discussão de problemas locais que não necessariamente são delitos ou ocorrências que dependem de competências penais e a grande inovação no engendramento da participação conjunta com a comunidade está na "democratização da atividade da polícia, para que o policial seja convertido em cidadão" (Baratta, 2000 apud Neto, 2006, p. 7) e não o contrário.

1.2.6. Programa Weed and Seed

O *Weed and Seed* é uma estratégia/programa de controle à criminalidade que atua em cidades norte-americanas com altas taxas de criminalidade. O programa visa controlar, especialmente, crimes violentos, o narcotráfico e crimes relacionados com drogas nessas áreas específicas. Com isso, o programa espera proporcionar um ambiente seguro para que os moradores dessas localidades possam viver, trabalhar e criar famílias. Inicialmente, em 1991, o programa atuava em três localidades, em 1999 já havia ampliado sua atuação para 200 locais pelo país. O que torna o *Weed and Seed* um programa inovador são os meios que são usados para atingir os objetivos. O programa utiliza da coordenação entre ações com viés humanitário e voltados para as comunidades com os esforços das polícias e procuradores para aplicar a lei. A coordenação também está presente e é essencial na análise e planejamento dos problemas locais para definição de estratégias, também coordenadas, para resolvê-los. A presença de uma polícia comunitária também faz parte dos elementos fundamentais do programa, em que se espera da polícia uma proatividade e engajamento com a comunidade para a resolução dos problemas locais e, então, criar um laço de confiança mútua para que a polícia, procuradores e comunidade sejam parceiros na resolução de problemas e na aplicação da lei. Esse laço é a base para o "*Weeding and Seeding*". (Dunworth e Mills, 1999)

Weeding é a parte do programa que foca em identificar, prender e dar seguimento no processo de infratores violentos, traficantes de drogas e outros criminosos. O objetivo é retirar esses indivíduos que semeiam a violência dessas áreas. Já o *Seeding* é a parte de prevenção do programa que promove esforços para revitalização dos locais em que atua e serviços para a comunidade e juventude, como atividades extraclasse, atividades de verão e de fim de semana, aulas de alfabetização para adultos e aconselhamento parental. As ações do *Seeding* visam prevenir e impedir a ocorrência de mais crimes. (Dunworth e Mills, 1999)

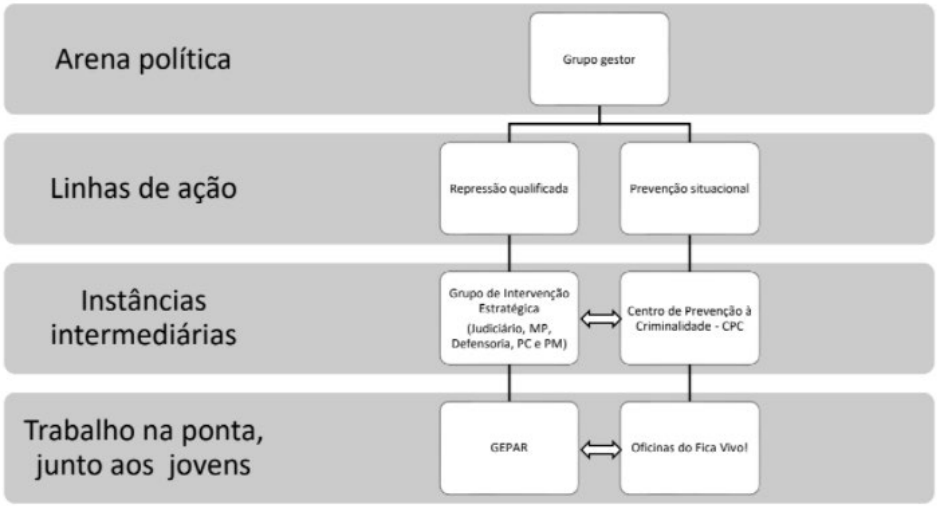
Beato (2017) define e resume o *Weed and Seed* como um programa que consiste em retirar os indivíduos que praticam muitos crimes (*weed*) para que os indivíduos que ainda não

possuem envolvimento com o crime (*seed*), mas correm risco, possam se desenvolver a partir de uma perspectiva “não desviante”.

1.3. Projeto Piloto: Aglomerado Morro das Pedras

Após diversas reuniões, o Fica-Vivo! se estabeleceu, então, como um programa de prevenção de homicídios que é estruturado em dois eixos, sendo eles a repressão qualificada e a prevenção situacional. Na ponta, esses dois eixos se materializam, respectivamente, pelo Grupo Especial de Patrulhamento em Áreas de Risco (GEPAR) e pelas oficinas do Fica Vivo!. A estrutura de funcionamento do Fica-Vivo é esquematizada por Beato (2017), como podemos ver a seguir.

Imagem II – Desenho esquemático da estrutura de funcionamento do Fica-Vivo



Fonte: Beato (2017), p. 6

Esse formato pôde ser testado no projeto piloto que foi implementado no Morro das Pedras, em Belo Horizonte. O Morro das Pedras é um aglomerado da Regional Oeste de Belo Horizonte, que surgiu por volta dos anos 20. É um dos aglomerados mais antigos da cidade e é composto por sete vilas, sendo elas: Vila Pantanal (1); Vila Antena (2); Vila Leonina (3); Vila Santa Sofia (4) e Vila São Jorge I, II e III (5, 6 e 7). Possui um perfil sócio demográfico que apresenta características marcantes que possuem relação com características de comunidades socialmente desorganizadas, a citar: grande percentual de jovens, baixos níveis de escolaridade, grande densidade demográfica, baixa renda e mobilidade residencial. Possui, também, um histórico de violência que indicada para um percurso marcado por resolução violenta de conflitos e tolerância a mortes, principalmente aquelas que acometem criminosos locais conhecidos (Silveira, 2007).

Em julho de 2002, a morte de cinco jovens que ficou conhecida como Chacina de Leonina foi um dos fatores chaves para a definição do Morro das Pedras como local a sediar o projeto piloto. Além disso, a região apresentava, também, condições técnicas favoráveis para sediar o programa, como população relativamente pequena, existência de diagnóstico sócio demográfico e institucional, bem como sobre a realidade local no que concerne aos crimes e identificação das lideranças locais. Após a definição da região a sediar o projeto piloto, esforços para agregar ainda mais informações e aperfeiçoar o diagnóstico já existente foram feitos. Isso incluiu informações de entrevistas, informações oferecidas pela PBH e contato com as entidades que constavam como existentes em um levantamento realizado pelo Projeto Comunidade/UFMG. Vale ressaltar que durante esses contatos, percebeu-se uma grande fragilidade e dificuldade em mobilizar a comunidade por parte das associações comunitárias identificadas. Das 10 associações comunitárias atuantes no aglomerado, apontadas pelo levantamento, 9 eram sediadas no aglomerado, das quais 5 pareciam ter existência real e operam com dificuldade e 1 era sediada fora do Morro das Pedras, em um bairro vizinho, o Gutierrez. Diante das dificuldades, o grupo decidiu contratar lideranças já conhecidas por técnicos da PBH e da URBEL (ibid.).

Na literatura não foi encontrada uma delimitação fechada do tempo de implementação e duração do projeto piloto no Morro das Pedras. Sabe-se que o projeto piloto começou a ser implementado em agosto de 2002, e que em maio de 2003 o Fica-Vivo! foi institucionalizado e expandido para outras comunidades do estado (Silveira et al., 2010). Tal situação sugere que, por sucesso do projeto piloto, houve a institucionalização do programa. No entanto, os estudos que avaliam a implementação do Fica-Vivo! no Aglomerado do Morro das Pedras, iniciam suas análises em agosto de 2002 e seguem até 2006, deixando de delimitar uma linha clara de quando o projeto parou de ser implementado como piloto e passou a utilizar um modelo "padrão". A dúvida se estabelece ainda, quando percebemos que o programa teve um hiato no primeiro semestre de 2003 em decorrência às fortes chuvas na cidade, que provocaram deslizamento de terra e soterramentos no Morro das Pedras. Antes desse acontecimento, de agosto de 2002 até a retomada "normal" das atividades do projeto, as ações de proteção social foram realizadas de forma fragmentada por ONGs e agências públicas. Oficinas e atividades de mobilização comunitária foram ofertadas, das quais não foi possível precisar quantidade de jovens atendidos. Silveira (2007), afirma que o que ocasionou as ações de proteção social terem sido tão reduzidas nesse período foi a dificuldade de recursos e ausência de estrutura física para sediar o programa e ser referência para a comunidade. Logo, se definirmos aqui, que assim que o projeto foi

institucionalizado ele deixou de ser projeto piloto no Morro das Pedras, durante esse período, apenas as ações de intervenção estratégica foram "testadas", como veremos a seguir.

Aparentemente, independente do que pôde ser de fato testado no projeto piloto ou não, ou qual o período de fato de duração do piloto, esses pontos não atrapalharam na percepção de sucesso do projeto, o que, como vimos anteriormente, culminou na institucionalização do projeto e várias avaliações positivas, além de redução de 47% dos homicídios nos seis meses iniciais (Silveira, 2007; Silveira et al., 2010). O curioso é que, no final das contas, o projeto, às vistas da comunidade, se estabeleceu mais como um projeto de proteção social, em que as ações desse eixo tinham mais visibilidade e a principal entrega seria as oficinas (Silveira, 2007).

Silveira (2007), ao falar do processo de implementação do programa Fica-Vivo!, separa-o em duas fases. A primeira fase compreende o período entre agosto de 2002 a maio de 2003, e a segunda fase se inicia em maio de 2003, tendo como marco inicial a institucionalização do programa, e não tem um fim delimitado, a autora analisa até a data de realização do estudo citado, no caso, março de 2007. Em um outro trabalho de Silveira com colaboradores (2010), os autores dividem a implementação do Fica-Vivo! em cinco fases. Sendo a primeira fase o intervalo entre janeiro dos anos 2000 até julho de 2002; a segunda fase entre agosto de 2002 a dezembro do mesmo ano, a terceira fase de janeiro de 2003 a junho do mesmo ano, a quarta fase de julho de 2003 a abril de 2004 e a fase cinco de maio de 2004 a dezembro de 2006. Como podemos ver na tabela a seguir.

Tabela II – Fases do programa Fica-Vivo no Morro das Pedras.

Fase do Programa	Descrição	N° de Homicídios
Fase 1 (01/2000 a 07/2002)	Período pré-instalação do programa Fica Vivo no Morro das Pedras (meses 1 a 31).	62
Fase 2 (08/2002 a 12/2002)	Início da implementação do Programa com ações de natureza exclusivamente policiais (meses 32 a 36).	6
Fase 3 (01 a 06/2003)	Refluxo do programa, em decorrência da necessidade de priorização de ações de defesa civil, por ocasião das fortes chuvas que provocaram deslizamentos e soterramentos de barracos (meses 37 a 42).	7
Fase 4 (07/2003 a 04/2004)	Retomada da implementação do programa, em condições estruturais precárias, devido à ausência de uma estrutura física local (Núcleo de Prevenção) e equipe técnica completa (meses 43 a 52).	13
Fase 5 (05/2004 a 12/2006)	Fluxo contínuo e estável de ações, e aumento e regularização da oferta de oficinas para jovens.	43

Fonte: Silveira et al. (2010), p. 499

Como explicitado anteriormente, não há uma delimitação precisa do fim do projeto piloto, pela continuidade que se deu do programa. Iremos então aqui, expor como se deu a

implementação entre o período de agosto de 2002 a junho de 2004, período que contempla a primeira e parte da segunda fase desenhada por Silveira (2007) e fase dois, fase três, fase quatro e dois meses iniciais da fase 5 desenhada por Silveira et al. (2010). O período escolhido teve relação com dois marcos encontrados na literatura, o inicial, agosto de 2002, início da implementação do projeto no Morro das Pedras e, junho de 2004, inauguração do Núcleo do Fica-Vivo, o centro de referência físico dentro da comunidade, que em 2006 passaria a ser denominado Núcleo de Prevenção por sediar outros programas além do próprio Fica-Vivo!. A inauguração de um centro de referência dentro da comunidade marca as fases em que ambas as literaturas apontam para ampliação e regularização da oferta de oficinas, sugerindo o início de uma fase mais estável do programa.

Entre agosto de 2002 a maio de 2003, Silveira (2007) destaca que houve um bom entrosamento entre os dois eixos do programa (intervenção estratégica e proteção social) propiciado pela grande comunicação que ocorria durante as reuniões de coordenação geral do programa. Em relação apenas ao eixo de intervenção estratégica, que teve mais ações realizadas nesse período, destaca-se: reuniões regulares entre os atores que compunham esse eixo para compartilhar informações e discutir sobre necessidades que foram sendo identificadas propiciando uma boa articulação entre os atores, o que apresentava uma inovação; realização de 30 operações policiais conjuntas para cumprir mandatos; realização de 3 grandes ocupações em resposta aos desrespeitos às novas regras de convivência, que incluía "não matar". Vale ressaltar, que essas três grandes ocupações apresentaram alguns problemas, primeiramente, foram pouco efetivas, não puderam ser executadas rotineiramente sempre que previsto por razões orçamentárias e falta de mão de obra disponível (exigia um quadro efetivo maior que o disponível) e em segundo lugar, mas também de extrema importância, ocorreram condutas durante essas ações que faziam a comunidade se sentir desrespeitada, como por exemplo, invasão de domicílios sem mandato, o que configura um desrespeito a direitos constitucionais.

Ainda nesse período, ocorreu a implantação do GEPAR para realizar o policiamento comunitário e a ação de campanhas educativas dirigidas a jovens, que foi proposta nas reuniões iniciais. Nessas palestras foi identificado um fator interessante: a existência de relações complexas que se estabelecem dentro das comunidades. Muitos dos indivíduos que praticam crimes possuem, além de laços de parentesco, laços de amizade e parceria que os tornam queridos por alguns, por terem crescido na comunidade como tantos outros jovens, o que provoca sentimentos contraditórios e ambíguos da comunidade em relação a esses indivíduos com comportamentos criminosos, tornando a linha entre o legal e o ilegal tênue. A saber, a

proposta de ação dos “esquadrões de proteção” não ocorreu por falta de voluntários e de estratégia clara.

Em relação ao eixo de proteção social, como exposto anteriormente, as atividades ofertadas foram realizadas de forma fragmentada por ONGs e agências públicas, sem se saber a quantidade de jovens atendidos. A dificuldade de recursos e ausência de estrutura física para sediar o programa e ser referência foram as causas dessa expressão tímida das ações de proteção social. Destaque para a ocorrência do curso “Cidadania e Participação na Resolução de Problemas” para lideranças comunitárias que aconteceu em setembro de 2002, ministrado pelo CRISP (Silveira, 2007).

No primeiro semestre de 2003 há vários acontecimentos marcantes em concomitância. Até maio de 2003 aconteceram algumas ações do eixo de intervenção estratégica, como visto anteriormente na janela de período das ações expostas anteriormente, bem como, no mês de maio, a institucionalização do Fica-Vivo! através do Decreto 43.334 que passou a ser um programa do Governo do Estado de Minas Gerais. Ainda no primeiro semestre, episódios de fortes chuvas na cidade que acometeram gravemente o aglomerado ocasionando deslizamento de terra e soterramento, ocasionando ainda, lamentáveis mortes e paralisação de praticamente todas as ações do programa (Silveira et al. 2010).

No entanto, em trabalho publicado em 2007, Silveira aponta para o primeiro semestre de 2003 como início da implementação das ações de proteção social, em que foram oferecidas oficinas, cursos de empreendedorismo voltado para artesãos, comerciantes e produtores locais, informações e orientações sobre mercado de trabalho e elaboração de currículos e estágios para jovens. Aponta, ainda, que essas ações eram muito esperadas pela comunidade e compartilhavam de grande expectativa em que, no entanto, houve grande evasão por parte dos jovens das ações voltadas para o mercado de trabalho e de capacitação. Já em relação às oficinas, que envolviam áreas de lazer, arte e comunicação, apresentaram uma adesão maior, em 2003 estima-se que foram atendidos 240 jovens.

O ano de 2004 começa com extensão do programa Fica-Vivo! para outros municípios e ampliação no Morro das Pedras e em junho ocorre a inauguração do Núcleo do Fica-Vivo.

1.4. Avaliações já realizadas e resultados

O programa já foi alvo de diversas avaliações, sendo elas de processo, impacto ou custo-efetividade (Silveira, 2007). Até abril de 2017 tinham sido realizadas 37 avaliações quantitativas do programa disponíveis no Portal da Capes. (Beato et al., 2017). Nessa seção o esforço será de reunir as percepções e conclusões que algumas dessas avaliações chegaram, como ênfase nos problemas e dificuldades detectados e nos resultados e pontos positivos. Para isso, a bibliografia base será Silveira, 2007; Beato, 2013; Beato et al., 2017; Beato e Silveira, 2014 e Peixoto (2008).

Beato, (2013) faz algumas considerações sobre aspectos que apontam para algumas dificuldades que devem ser consideradas. O primeiro deles é a dificuldade de avaliar de forma isolada quais ações adotadas no programa que estão funcionando, por ser um programa multidimensional, nas avaliações é difícil dizer em que medida as ações de proteção social ou intervenção estratégica impactam. Sabe-se que o programa como um todo atinge resultados, quais sejam, contribuir para a redução das mortes de jovens em territórios com elevada concentração de homicídios dessa população. Esses resultados, que indicam para o sucesso do programa, podem ser encontrados em numerosas avaliações, dentre elas: Silveira, 2007; Peixoto, 2008 e Beato e Silveira, 2014 (Beato et al., 2017). Mas, posto essa dificuldade, realizar uma dosagem do efeito no resultado (redução de mortes) com base na dimensão exata de cada um dos componentes do projeto é uma dificuldade.

Uma segunda dificuldade seria a necessidade constante que o programa carece de inovações devido à proposta de lidar com dinâmicas criminais (que estão em constante adaptação, deslocamento do crime) e comunidades diferentes, o que exige um cuidado com as particularidades de cada região. Em relação às adaptações do *modus operandis* dos criminosos, Silveira (2007) aponta que é um fenômeno esperado e julga que há indicações que ocorreu durante o período por ela analisado. Como visto anteriormente, tensões entre os eixos de prevenção situacional e repressão qualificada em razão de objetivos diferentes por parte dos atores acaba gerando conflitos, essa é uma terceira dificuldade elencada por Beato (2013).

A quarta dificuldade é relacionada ao grau de capital social presente nas comunidades, o que acaba sendo um obstáculo para ações de mobilização comunitária. Beato (2013) ainda cita a desconfiança de lideranças comunitárias em relação a ações governamentais, as relações ambíguas e complexas que são tecidas dentro da comunidade entre a população e membros de gangues, como visto no projeto piloto em seção anterior e, além disso, o peso diferente que é

dado aos homicídios pela comunidade e pelos gestores, a comunidade costuma enxergar outras situações e eventos como mais urgentes que os homicídios. De acordo com Silveira (2007), por exemplo, para alguns moradores e lideranças do Aglomerado do Morro das Pedras, o enfrentamento de problemas sociais se mostrou uma questão de maior prioridade do que a questão dos homicídios.

Outro ponto destacado por Beato (2013) seria o constante rodízio de policiais e atores do posto chave do projeto dentro do grupo de intervenção estratégica, esse fator também é citado por Silveira (2007) que, inclusive, ressalta que a troca de comandantes do GEPAR influencia bastante na atuação da polícia no território e na parceria entre a repressão qualificada e a proteção social. Por fim, Beato (2013) cita a defasagem no compartilhamento e unidade das informações entre as instituições que atuam no projeto, a ineficiência do controle da circulação de armas nas comunidades (chamando a atenção para a existência de corrupção policial) e na necessidade do aprofundamento na metodologia de solução de problemas, por ser uma etapa crucial e que pelo fator cultural às vezes ainda é negligenciado.

Essas dificuldades e problemas apontam para implicações de ordem processual, institucional e cultural, que merecem sim ser lapidados e mais explorados, mas que no geral, não impediram o bom funcionamento do programa, que apresenta resultados promissores em diversas avaliações como será visto a seguir. A começar por Silveira (2007), o estudo encontra resultados que indicam para o funcionamento do programa, no que consta: redução dos homicídios, contribuição na redução de outras manifestações violentas e criminosas de forma difusa, como tiroteios, furtos, assaltos, intimidações e restrições no ir e vir, episódios de crime em violência em escolas e outros.

Beato e Silveira (2014) apontam para sucessos de inovação do programa que contemplam a inspiração em outros programas já implementados de base comunitária em outros locais; a importância do controle social informal, da confiança entre vizinhos e da coesão social, conferindo centralidade para a comunidade local na prevenção do crime e a importância das atividades de prevenção primária e secundária.

Peixoto (2008), em relação ao custo do programa indica que o custo médio do Fica-Vivo! é de 4,37 reais mensais por beneficiário e que o custo de implantação do programa por localidade é inversamente proporcional ao número de localidades que o programa é implantado por ano, assim como o custo das ações de proteção por área em relação ao número de áreas em que o programa atua, em que foi encontrado a mesma relação de proporcionalidade. A autora

indica, também, resultados sobre o custo de um homicídio evitado em que o valor é de aproximadamente 244,6 mil reais e aponta que o custo do homicídio evitado pelo programa é menor que os custos que se decorreram dessa infração.

1.5. Paralisações e hiatos

De agosto de 2002 a janeiro de 2022, o programa Fica-Vivo! teve três momentos de paralisação. A primeira em 2003, a segunda em 2017 e a terceira em 2020, em decorrência do coronavírus. Vale destacar que a paralisação por motivo da pandemia global do vírus Covid-19 é a mais extensa delas. É preciso ressaltar que Chaves (2018) cita outras duas paralisações, uma em 2016, em decorrência da troca de termo de parceria anterior; e em 2018, em decorrência do atraso de repasses. No entanto, não foi encontrado na literatura estudos que descrevessem e estudassem mais amplamente os efeitos e como se deram essas duas paralisações, não sendo possível aqui detalhar mais sobre elas.

A primeira paralisação, já citada anteriormente, ocorreu logo no primeiro ano de implementação do programa, no primeiro semestre de 2003, em decorrência de chuvas que causaram deslizamentos e soterramentos na região do Morro das Pedras, região, que neste momento, sediava o projeto piloto do Fica-Vivo!. Apesar desse acontecimento ser citado em várias análises e estudos sobre o programa, não há nenhuma exploração ou diagnóstico em específico a respeito dos impactos dessa paralisação. Em Silveira et al. (2010) inclusive, esse período corresponde à fase 3, com duração de seis meses, como pudemos ver na Tabela II, há indicação que durante esse hiato o decréscimo de homicídios não foi afetado.

A segunda paralisação ocorreu em 2017, teve uma duração de aproximadamente cinco meses, correspondendo ao período de agosto de 2017 a dezembro do mesmo ano e ocorreu em função de uma questão judicial. À época, a política de prevenção social à criminalidade do estado era realizada através de termo de parceria. Em 2017, ocorreu uma disputa jurídica em torno desse termo, impedindo a OSCIP (Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público) vencedora – Instituto Elo – a dar continuidade à execução da política (CHAVES, 2018). Atualmente, a política de prevenção social à criminalidade é realizada por meio de contrato de gestão celebrado em 2019 entre o Estado de Minas Gerais e o Instituto Elo, em que a unidade gestora é a Secretaria de Estado da Justiça e Segurança Pública (SEJUSP) por intermédio da Subsecretaria de Prevenção à Criminalidade (SUPEC). O mais recente termo aditivo desse contrato foi firmado em dezembro de 2021 e prevê a vigência do vínculo de cooperação pactuado entre o Estado e a empresa o Instituto Elo até dezembro de 2022.[4]

[4] Informações obtidas através do acesso aos termos de parceria e contrato de gestão celebrados pelo Estado de Minas Gerais, disponíveis em http://www.seguranca.mg.gov.br/2013-07-09-19-17-59/parcerias-prevencao, acesso em: 11 de janeiro de 2022.

A interrupção ocorrida em 2017 foi analisada por Chaves (2018) por meio de análise de entrevistas qualitativas e com um objetivo exploratório. Neste estudo, falando aqui especificamente do eixo de proteção social, ele percebeu alguns desafios e possíveis reflexos em decorrência da interrupção, entre eles estão o prejuízo para a equipe em relação ao entendimento do contexto social, prejuízo na articulação e parcerias com a comunidade, quebra de vínculos construídos, prejuízo na realização das atividades de responsabilidade dos atores e retorno da implementação também prejudicada.

Em 2020, ocorreu a paralisação mais recente do programa, à qual é objeto de estudo deste trabalho: a interrupção em decorrência da crise sanitária global provocada pela pandemia da doença Covid-19.

De acordo com notícia[5] publicada pela Sejusp em seu *site* oficial na data de 01 de setembro de 2020, as atividades presenciais estariam voltando gradualmente a partir daquele mês. A notícia diz ainda que as 41 Unidades de Prevenção à Criminalidade (UPCs) estariam reabertas a partir de então. Especificamente em relação ao Fica-Vivo!, a matéria esclarece que desde o início da pandemia as atividades de cunho coletivo foram paralisadas e que a partir de setembro sete unidades de UPCs retornariam com as atividades presenciais do Fica-Vivo!. Porém, dessas sete unidades, nenhuma delas é localizada em Belo Horizonte, e apenas três fazem parte da RMBH, sendo elas: a Palmital e a Via Colégio, em Santa Luzia e a Morro Alto, em Vespasiano.

No entanto, de acordo com "I Webinário da Política Estadual de Prevenção Social à Criminalidade"[6] promovida pela Subsecretaria de Prevenção à Criminalidade – Supec, no dia 1º de dezembro de 2021 na plataforma do *Youtube*, foi apresentado alguns resultados em relação às políticas públicas de prevenção promovidas pelo Estado e há a indicação de que em 2021 ocorreu a retomada das atividades presenciais dos programas que estão no guarda-chuva da política de prevenção à criminalidade, não se sabe a dimensão dessa retomada em função da falta de dados em relação a quantas oficinas foram oferecidas em 2021 e a média mensal de participação dos jovens nas oficinas.

Em relação a 2020, porém, de acordo com SEJUSP (2021), a execução das oficinas ficou restrita entre os meses de abril e agosto, ocasionando na realização das atividades apenas

[5] Nesse sentido, ver: http://www.seguranca.mg.gov.br/component/gmg/story/3874-unidades-de-prevencao-a-criminalidade-sao-reabertas-em-minas, acesso em: 03 de janeiro de 2022.
[6] Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=UascnxSQO4w. Último acesso em: 28 de janeiro de 2022.

nos outros sete meses. Em 2020 a média mensal de participação dos jovens nas oficinas teria caído para 4.204 jovens, em comparação com 9.308 do ano anterior. Em relação à oferta de oficinas, a média mensal teria caído para 191 oficinas, em comparação com 396 do ano anterior, sob as mesmas condições de restrição apontadas anteriormente.

METODOLOGIA

As análises apresentadas neste trabalho partem de entrevistas qualitativas realizadas entre julho e agosto de 2020 pela equipe do Crisp. O conteúdo das entrevistas foi cedido para a análise e autoria deste trabalho. As entrevistadoras, Ludmila Ribeiro, Valéria Oliveira e Ariane Lopes, se revezaram em duplas para cada sessão, que foi feita individualmente através de plataformas de reunião online com seis oficineiros do programa Fica-Vivo!. Caso eles precisem ser mencionados, será atribuída uma letra do alfabeto para cada entrevistado, escolhidos de forma aleatória pela autora para garantir o anonimato dos participantes.

As entrevistas foram realizadas a partir da técnica de entrevistas semiestruturadas, em que foi desenvolvido um roteiro pela equipe do Crisp, com perguntas sobre as dificuldades e os problemas enfrentados na comunidade em decorrência da pandemia do Covid-19, as soluções e iniciativas que surgiram a partir da própria comunidade e as ações que poderiam ou deveriam ser realizadas pelo poder público. Após a realização das entrevistas, o conteúdo foi transcrito por dois estagiários do Crisp, sendo eles Guilherme Marques e Isadora Vasconcellos.

Os depoimentos foram então lidos e sistematizados em uma planilha do Excel com o objetivo de "organizar os relatos e os dados de observação em determinada ordem" (Minayo, 2012). A planilha foi organizada da seguinte maneira: colunas com os nomes dos entrevistados e linhas com informações que foram consideradas importantes para a análise. Essas informações podem ser divididas em dois grupos: 1. Perfil dos oficineiros e 2. Eixos temáticos.

Primeiramente, buscou-se sistematizar os dados que ajudariam a entender o perfil dos entrevistados, sendo eles: gênero; idade; formação acadêmica/profissão; comunidade em que atua; se mora ou já morou na comunidade que atua; história prévia; quando entrou para o programa; quais eram/são as oficinas pelas quais eram/são responsáveis e nome fictício atribuído. O item "história prévia" agrupa um conjunto de informações que dizem respeito ao interesse e inclinação do entrevistado para se envolver com projetos de cunho social e/ou de liderança comunitária. Como exemplo, tem-se o envolvimento anterior à entrada no Fica-Vivo! do oficineiro com projetos sociais na comunidade, participação em entidades de liderança comunitária, atuação em outros programas governamentais e interesse anterior pelo campo social.

Em seguida, foram estabelecidos os eixos temáticos. Eles foram pensados, principalmente, de forma que se articulem com a pergunta de pesquisa e a partir do roteiro das entrevistas. Em uma primeira análise dos depoimentos transcritos, se observou a predominância desses conteúdos nas falas dos entrevistados. Tal dimensão, somada ao interesse acadêmico de analisar um conteúdo específico em relação à pandemia cruzado com o Fica-Vivo!, a comunidade e a atuação dos oficineiros deu ensejo às categorizações finais. São eles: Covid-19 e a comunidade (dificuldades e impactos); Covid-19 e a comunidade (dinâmicas); Covid-19 e o Fica-Vivo (o que mudou); Oficineiros e o Fica-Vivo (na pandemia); Oficineiros e o Fica-Vivo (instabilidade e dinâmicas de trabalho); Oficineiros e o Fica-Vivo (relação com os jovens) e O Fica-vivo e a comunidade (dinâmicas desenvolvidas e perdidas).

Os eixos temáticos dividem em grupos as impressões e a forma como os oficineiros concatenam as provocações realizadas através da entrevista. O primeiro eixo exposto "Covid-19 e a comunidade (dificuldades e impactos)" busca agrupar as impressões em relação às dificuldades e os impactos percebidos durante o período da pandemia do Covid-19 na comunidade em que cada oficineiro está inserido ou possui contato. Os impactos são as mudanças que ocorreram na comunidade em curto prazo ou em concomitância em decorrência da pandemia. Já o eixo "Covid-19 e a comunidade (dinâmicas)", agrupa as percepções em relação às novas dinâmicas que surgiram na comunidade em decorrência da pandemia, às dinâmicas que continuaram existindo e aquelas que de alguma forma se chocavam com o contexto do momento.

No eixo "Covid-19 e o Fica-Vivo (o que mudou) " o foco são as impressões em relação a mudanças que ocorreram especificamente no programa Fica-Vivo, desde a sensação em relação aos jovens quanto a gestão do programa. O ponto seguinte, "Oficineiros e o Fica-Vivo (na pandemia)", esse eixo tem como objetivo reunir as percepções em relação a atuação e o papel dos oficineiros no programa durante o período da pandemia e como essas relações se estabeleceram na visão dos oficineiros. Já o eixo "Oficineiros e o Fica-Vivo (instabilidade e dinâmicas de trabalho)" busca agrupar as percepções e como os oficineiros tematizam seus lugares dentro do programa, reunindo dificuldades, instabilidades e dinâmicas de trabalho, tanto na pandemia como no geral.

No eixo "Oficineiros e o Fica-Vivo (relação com os jovens)" são agrupados os relatos que falam sobre a relação entre os oficineiros e os jovens, destacando como os oficineiros percebem a busca deles pelos jovens em razão de eles representarem figuras de exemplo e de

liderança e outras dinâmicas de proximidade. Por último, o eixo "O Fica-vivo e a comunidade (dinâmicas desenvolvidas e perdidas)" agrupa relatos que mostram, através do olhar do oficineiro, dinâmicas que foram criadas na comunidade em decorrência do programa Fica-Vivo e da atuação das oficinas e, também, dinâmicas que eles consideram que foram perdidas com o passar do tempo.

Os dois grupos de informação sistematizados sofreram alguns ajustes ao longo do processo de escrita do trabalho. Isso se deu pelo constante avanço na apropriação, "impregnação" (Minayo, 2012) e compreensão dos dados trabalhados. As mudanças e ajustes realizados foram feitos com o objetivo de tornar as informações mais claras e diretas, tanto para a autora quanto para os leitores.

Os oficineiros entrevistados tinham, sob sua responsabilidade, oficinas na área de esporte e cultura, tais como: oficina de artes, teatro, grafite, *breakdance*, percussão e futebol. Além disso, a atuação de cada um se dava em diferentes territórios, alguns deles em mais de uma área, sendo essas: Pedreira Padre Lopes, Citrolândia em Betim, Ribeiro de Abreu, Tupi Lajedo, Jardim Felicidade e Jardim Leblon. São atores que possibilitam, assim, uma visão relacionada a diferentes comunidades de Belo Horizonte e região metropolitana.

3. VOZES QUE PRECISAM SER OUVIDAS: O QUE DIZEM OS OFICINEIROS?

O papel que os oficineiros exercem para a execução do programa Fica-Vivo! é a chave do processo. Entre jovens e gestores, o oficineiro é a linha que une esses dois pontos da política pública e aplica a parte mais forte do programa, as oficinas.

Antes que possamos de fato adentrar de fato na análise das falas dos oficineiros, será feito um breve preâmbulo de como se deu a pandemia do Covid-19 na cidade de Belo Horizonte e Minas Gerais.

Em 25 de março de 2020 a SEJUSP publicou em seu site oficial um "Plano de Contingência da Secretaria de Estado de Justiça e Segurança Pública (Sejusp) para Enfrentamento da Covid-19". Esse plano acompanhava os princípios definidos no Decreto Estadual nº 47.886, do dia 15 de março do mesmo ano. Nesse plano ainda estavam previstos a continuidade dos atendimentos públicos nas UPCs, contando com ações de cuidado, como por exemplo, afixação de cartazes com orientações; não atendimento de pessoas com sintomas de gripe e orientação aos jovens com sintomas de gripe para não frequentarem as oficinas.

Em Belo Horizonte, em 17 de março o comércio foi restringido por meio de decreto municipal e em 22 de abril a máscara se tornou de uso obrigatório em espaços públicos. No momento em que as entrevistas foram realizadas, o comércio continuava com restrições, as máscaras eram obrigatórias, o número de contaminados subia diariamente e não havia qualquer perspectiva de que as vacinas seriam aplicadas num futuro próximo. A exortação era "se possível, fique em casa", o que alcançava todos os cidadãos e diversas políticas públicas, que estavam funcionando no sistema de *home office*. Esse contexto precisa ser levado em consideração quando da leitura desses resultados, porque eles não refletem o momento atual da pandemia, mas um contexto de enorme incerteza sobre como a crise social decorrente da Covid-19 iria se desenrolar.

As percepções que iremos observar não estão necessariamente, expostas aqui, por grau de relevância. Para proporcionar uma leitura mais fluida, os pontos a serem discutidos, que foram percebidos como semelhantes ou próximos de alguma forma, foram sendo amarrados e colocados em sequência.

3.1. Covid-19 e a comunidade (dificuldades e impactos)

"dificuldades já existentes, mas um pouco mais… muito mais potencializadas [...]"

(Oficineiro Y).

Nesse eixo iremos observar as dificuldades e impactos de curto prazo tematizados pelos oficineiros em relação às comunidades que eles vivem e/ou possuem contato. O objetivo foi agrupar as impressões em relação às dificuldades e os impactos percebidos durante o período da pandemia do Covid-19 na comunidade em que cada oficineiro está inserido ou possui contato. Os impactos são as mudanças que ocorreram na comunidade, em geral percebidas como negativas, em curto prazo ou em concomitância em decorrência da pandemia.

A desinformação e a descrença com a Covid-19, durante esse período de pandemia, foi uma das dificuldades mais citadas pelos oficineiros entrevistados. Todos eles mencionaram esse problema de alguma forma, seja utilizando diretamente a palavra "desinformação", seja descrevendo situações que remetem a isso. O não entendimento das medidas sanitárias necessárias, o desrespeito às normas básicas estabelecidas, a não adesão ao uso da máscara e a outras ações recomendadas para frear a disseminação do vírus, foram algumas das situações citadas, demonstrando que seguir as estratégias de contenção do vírus representaram uma dificuldade na comunidade, simplesmente pelo "desacreditar" da necessidade de tais medidas, mais do que não saber da existência de tais recomendações. A desinformação, aí, se encontra em um lugar diferente. Em um lugar onde a informação errada se sobrepõe às informações responsáveis e com lastro na realidade pautadas pela ciência. No entanto, esse foi um fenômeno que atingiu não apenas as populações de comunidades e favelas, e sim, o mundo inteiro, recebendo, inclusive de acordo com Galhardi et al., (2020) a denominação de "infodemia" pela OMS.

A alta rotatividade de *fake news* e desinformações proporcionadas pela rapidez da internet e, principalmente, das redes sociais nos tempos atuais é um fator que "contribui para o descrédito da ciência e das instituições globais de saúde pública, bem como enfraquece a adesão da população aos cuidados necessários de prevenção" (Galhardi et al., 2020, p. 4208). Tais dimensões são especialmente visíveis nas seguintes falas dos oficineiros:

> "Vou partir pela desinformação. É… como ocorre uma certa descrença da população se realmente tem, se isso é verdade, como que é essa doença. Então, acabam que as pessoas não acabam é… Não mantendo o certo distanciamento que é exigido, que é solicitado. A

> questão do uso de máscara de prevenção. Então, hoje eu vejo como a grande dificuldade dentro da comunidade é fazer com que as pessoas acreditem" (Oficineiro X)

> "Não tem uso de máscara, não é só os jovens, mas na comunidade são poucas pessoas que usam 'né'... Eles... é.... infelizmente, o noticiário que é só uma 'gripinha'" (Oficineiro U)

Ainda em relação ao não seguimento adequado das normas de prevenção e contenção do vírus Covid-19, está a continuidade da dinâmica de vida "normal" dentro da comunidade. Essa dinâmica diz respeito à permanência de jovens nas ruas como momento de lazer, contato próximo com vizinhos, e em geral, a circulação normal na comunidade. Esse é um aspecto que foi enquadrado tanto na categoria que veremos a seguir (Covid-19 e a comunidade – dinâmicas – por razões claras) quanto nesse. Por que? A continuidade de uma dinâmica de vivência de pré-pandemia em um período de avanço de uma doença contagiosa se torna uma dificuldade, nesse caso principalmente em comunidades, pelos fatores de risco que se apresentam nessas localidades.

A alta concentração de pessoas que vivem nas comunidades compondo altas taxas de densidade demográfica, em casas que habitam muitos moradores, com poucos cômodos, pouca ventilação e casas muito próximas umas às outras apresentam um risco maior na continuidade dessas dinâmicas em relação ao avanço da pandemia do que em outros bairros em que a densidade demográfica é menor. Em 2020, a Fiocruz[7] publicou uma nota técnica com considerações sobre as necessidades especiais de proteção em territórios vulnerabilizados e chamam a atenção para algumas dessas características. A citar:

> "Estes territórios se caracterizam por dificuldades de acesso, alta densidade de construções, habitações precárias e insuficiente oferta de serviços públicos essenciais, como abastecimento de água e coleta de lixo". (PÉRISSÉ, André et al., 2020, p. 2)

Os maiores riscos se apresentam ainda na desigualdade que privam as pessoas residentes de comunidades de diversos privilégios. Durante a pandemia, as desvantagens também não foram poucas. As comunidades concentram um grande número de trabalhadores de serviços essenciais, prestadores de serviço e trabalhadores informais, que por sua vez, muitos não foram dispensados de seus trabalhos, tendo então, de circular pela cidade e, inclusive, utilizar o transporte público, aumentando o risco de circulação do vírus nessas áreas.

[7] Nesse sentido, ver: https://www.arca.fiocruz.br/handle/icict/41456, acesso em: 04 de jan. de 2022.

Ainda em relação a desigualdades e privilégios, para aqueles que foram dispensados de suas atividades e puderam realizar o trabalho remoto, não possuíam ambiente adequado para tal. Muitas das vezes sem um espaço reservado e tranquilo para trabalhar, teriam de realizar suas atividades em meio a diversas distrações. Essas mesmas condições se aplicam para estudantes que teriam a oportunidade de realizar o EAD (ensino a distância). Vale lembrar que, não raro, o acesso à internet não está disponível, como destacam alguns dos entrevistados:

> "E aí as pessoas que não pararam de trabalhar [...] A gente não tem esse privilégio, então você não tem o privilégio de parar de trabalhar e nem tem o privilégio de chamar um *uber* por exemplo, chamar um meio de locomoção mais seguro para chegar até o seu trabalho, então, você continua pegando o ônibus lotado, muito risco de contágio, eu fico imaginando dentro de um ônibus, porque além de você estar ali num cubículo com várias pessoas, tem a questão da mão, você pega, encosta em tudo. Então assim, uma exposição gigantesca com o vírus." (Oficineiro V)

> "você não tem esse privilégio de fazer um EAD, porque 'tá' todo mundo junto misturado, é televisão, é barulho, é 'num' sei o que. Às vezes você não tem internet [...] porque geralmente as pessoas ficam no mesmo barraco e às vezes não tem um quarto 'pra' cada pessoa" (Oficineiro V)

A dificuldade que será apresentada a seguir reúne dois ramos de desafios já observados, quais sejam, informação e acesso. Foi manifestada, também, por parte dos oficineiros a percepção da dificuldade da comunidade em acessar e resgatar o auxílio emergencial para o período de pandemia que foi institucionalizado pela Lei[8] nº 13.982, de 2 de abril de 2020. Para acessá-lo era necessário realizar um cadastro pelo aplicativo Caixa TEM ou pelo *site* da Caixa, o que exige a disponibilidade de um aparelho celular *smart*, que tenha um sistema operacional capaz de baixar aplicativos, internet e ou um computador para acessar o *site*, também com internet. De acordo com matéria publicada no G1 da Globo[9], o ministro da Casa Civil do Brasil, Onyx Lorenzoni, teria informado que em casos excepcionais seria possível realizar o cadastro presencialmente por meio de agências da Caixa ou lotéricas, no entanto, não se sabe o quanto essa informação foi difundida e quais seriam os critérios para as tais exceções. Ademais, ainda em abril de 2020, foram registradas[10] reclamações de várias pessoas com problemas para

[8] Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2020/lei/l13982.htm, acesso em 5 de jan. 2022.
[9] Disponível em: https://g1.globo.com/economia/noticia/2020/04/07/caixa-lanca-site-para-solicitar-auxilio-de-r-600.ghtml, acesso em 5 de jan. 2022.
[10] Disponível em: https://invest.exame.com/mf/usuarios-relatam-novo-erro-em-app-da-caixa-para-pedir-auxilio-emergencial, acesso em 5 de jan. 2022.

resgatar o auxílio em todo o Brasil, tanto pessoas que tentavam se cadastrar pela primeira vez, quanto pessoas que recebiam a instrução de realizar o cadastro novamente pelo próprio sistema. Inclusive casos de pessoas que tiveram sua primeira tentativa de resgate negado e eram instruídas a realizarem o cadastro novamente. Problemas com o campo do CPF em que o sistema advertia que aquele dado informado já estava cadastrado era o mais comum.

Tendo em vista esse contexto, a dificuldade em acessar informações e orientações claras sobre como proceder em caso de dúvidas ou problemas e, principalmente, a dificuldade de acessar a internet tanto no celular quando da disponibilidade de um computador foram ampliadas durante esse período de pandemia, em que a maioria das coisas passaram a ser resolvidas remotamente e houve uma sensação de recuo de políticas públicas, com o fechamento temporário de núcleos de referência presenciais que poderiam servir de auxílio para a comunidade. Como é o exemplo do programa Escola Aberta, que oferece diversas oficinas no ambiente das próprias escolas nos finais de semana e durante a noite, utilizando e reaproveitando criativamente do espaço nos momentos em que não está tendo aula. Aparentemente, de acordo com um dos oficineiros, o programa também permite que pessoas da comunidade utilizem computadores disponíveis nas escolas. Sobre toda a reflexão feita neste parágrafo, observemos as falas a seguir:

> "Esses auxílios emergenciais, [...] quem tem que ser acessado não acessa [...]. Não tem acesso, não tem acesso a nada, a comunidade… Bom, [a] escola aberta que abria para a comunidade com os computadores para as pessoas acessarem? Fechou, não tem. [...]". (Oficineiro Z)

> "[o motivo pelo qual o auxílio não tem chegado em algumas pessoas é] a falta de esclarecimento. Porque as notícias que chegam através das mídias, dessas coisas, nem sempre é do jeito que a comunidade entende, nem sempre é do jeito que as pessoas entendem." (Oficineiro Z)

As dificuldades apresentadas aqui soam como um agravamento de problemas que já eram existentes e, com a pandemia, foram potencializados. Algumas dessas dificuldades, como apresentado, também afetaram outras localidades, fora da comunidade. Entretanto, mais um fator potencializador seria o grau de vulnerabilidade social que comunidades e favelas apresentam. Falamos sobre as dificuldades tematizadas pelos oficineiros e a seguir iremos lançar um olhar sobre os impactos.

Os impactos percebidos pelos oficineiros que foram afetando a comunidade durante o período da Covid-19, envolve, assim como em relação às dificuldades, a intensificação de

diversos problemas sociais já existentes e evidenciando laços de fragilidade e vulnerabilidade social. A começar pela potencialização do desemprego. Com o advento da pandemia, empregadores tiveram de lidar com a manutenção de portas fechadas por um considerável período e, como solução, alguns optaram por demitir seus funcionários. Em 2020, o IBGE realizou a PNAD COVID19 (Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios) que apresentou indicadores referentes a diversas áreas. Em relação a indicadores de trabalho disponibilizados pelo IBGE[11], é possível observar que na primeira semana completa de maio de 2020, entre os dias 03 e 09, a taxa de desocupação em todo o território nacional era de 10,5%, atingindo a taxa de 14,4% na última semana completa de setembro, período que equivale entre os dias 20 a 26 deste mês. O aumento da taxa em um período de quatro meses e o comportamento individualista de empregadores chamou a atenção suscitando, inclusive, discussões[12] a respeito do fenômeno de dispensa em massa.

Tendo esse contexto em vista, é possível inferir que um dos impactos causados pela pandemia foi o aumento da taxa de desempregados, pela crise econômica que se alastrou pelo país juntamente com a Covid-19. Quando os oficineiros relatam que pessoas de suas comunidades perderam seus empregos, é uma pequena amostra qualitativa que corrobora com indicadores quantitativos. Vale lembrar que, quando as entrevistas foram realizadas, em agosto de 2020, a taxa de desocupação apresentada pelo IBGE estava em ascendência.

Anteriormente, em relação às dificuldades, foi comentado sobre a sensação de recuo de políticas públicas, principalmente das atuantes e reconhecidas nas comunidades, especialmente, as consideradas de maior vulnerabilidade social. Aqui, iremos destacar um impacto tematizado pelos oficineiros em relação ao fechamento temporário das escolas e outros impactos em relação ao fechamento temporário das UPCs e o modelo de teletrabalho que foi aderido pelo Conselhos Tutelares, mudanças realizadas em prol do enfrentamento à pandemia.

Um dos oficineiros, ao relatar sobre as dificuldades econômicas que assolam as comunidades ao seu ver, comenta sobre crianças que passavam seus dias nas escolas integradas e tinham sua alimentação garantida por meio de políticas públicas de alimentação escolar. Com a pandemia e o fechamento das escolas, o quadro de preocupação é compreensível. Em famílias em que o chefe do lar se encontra desempregado em decorrência da pandemia e com crianças

[11] Disponível em: https://covid19.ibge.gov.br/pnad-covid/, acesso em 05 jan. 2022.

[12] Nesse sentido, ver: MOREIRA, A. L. M. Reflexões acerca do tratamento adequado da dispensa em massa em tempos de coronavírus. In: Relações de Trabalho Contemporâneas. Org. Francisco Gérson Marques de Lima. p. 9-30.

que precisarão ser alimentadas em casa, o cenário de insegurança alimentar é pintado diante dos olhos.

> "Então, com essa pandemia, como as escolas fecharam, as coisas ficaram pior na comunidade, por exemplo, tem muito menino que vai 'pra' escola mesmo é para comer, para lanchar, porque não tem em casa." (Oficineiro U)

> "Os atendimentos sociais é… Em si, a princípio deram uma parada, 'né'? Porque até mesmo é uma normativa da prefeitura, que é o atendimento ao público direto. Ocorreram alguns atendimentos virtuais, só que nem todas as pessoas têm acesso, [...] O CRAS [Centro de Referência de Assistência Social] como eu falei, a mediação de conflito, as creches todas dentro do bairro, fechadas. É… Então esses espaços acabam ficando restritos". (Oficineiro X)

O decréscimo da oferta de serviços sociais em função da pandemia, nos setores da saúde, assistência social, conselho tutelar e prevenção, vem acompanhado do aumento dos casos de violência doméstica infantil e contra a mulher. No contexto da pandemia, o convívio forçado pela reclusão das famílias em suas casas, o estresse causado pela crescente crise econômica e o temor em relação à pandemia, torna mulheres e crianças vítimas em seus próprios lares. (Vieira et al., 2020). A violência doméstica não é uma novidade, mas a potencialização dessa forma de violência se torna um impacto da pandemia e, nesse contexto de diminuição das ofertas de serviços presenciais, vítimas e denunciantes não sabem bem a quem recorrer. A seguir, algumas falas que tematizam esse impacto.

> "A violência doméstica é uma [forma de violência que aumentou]. Meninas me ligam: "oh, paizão, tipo… M. me bateu, não sei quem me bateu, ah…ele me pôs 'pra' fora. Aumentou muito a violência dentro de casa com mãe, pai, irmão com irmão, porque o contato ficou muito próximo." (Oficineiro Z)

> "As formas de se detectar essa violência [doméstica], elas estão completamente diminuídas, porque os serviços públicos que inclusive fazem essa leitura, fazem essa detecção, eles não estão funcionando da forma como funciona normalmente, escola, centro de saúde. Então assim, violência doméstica e violência infantil, com crianças e adolescentes, eu imagino que, assim, deve 'tá' em níveis altíssimos, inclusive porque tá todo mundo dentro de casa, teoricamente, os olhos que estão observando essa violência eles estão em *stand-by*" (Oficineiro V)

Em suma, as dificuldades e impactos encontrados aqui envolvem: descrença e desinformação em relação ao Covid-19, manutenção de dinâmicas pré-pandemia (que de certa forma é uma consequência da desinformação e afeta as pessoas que não foram dispensadas de

suas atividades e precisam continuar circulando), dificuldades de acesso e adequação aos novos formatos que surgiram durante a pandemia e exigiam acessos e confortos básicos que deveriam ser de direito de todos cidadãos, dificuldade para resgatar e receber o auxílio emergencial oferecido pelo governo federal, desemprego, diminuição na oferta de serviços públicos e violência doméstica.

3.2. Covid-19 e a comunidade (dinâmicas)

> "você pode perguntar em qualquer quebrada, eles vão te responder: aqui não tem isolamento não, aqui não tem quarentena". (Oficineiro V)

Nesse eixo iremos observar as percepções dos oficineiros em relação às novas dinâmicas que surgiram na comunidade em decorrência da pandemia e às dinâmicas que continuaram existindo e que de alguma forma se chocavam com o contexto de alastramento da Covid-19.

A iniciar por uma dinâmica que continuou existindo na comunidade, apesar da crise de saúde vivida no mundo inteiro, está a continuidade da dinâmica social e atividades cotidianas por parte dos moradores. Claro que, salvo as dificuldades e os impactos discutidos anteriormente, que impedem de fato o prosseguimento da vida como se nada estivesse ocorrendo, aparentemente, a dinâmica social e as atividades cotidianas continuaram normalmente. Primeiramente, é importante destacar que este não é um comportamento intrínseco das comunidades, tivemos casos de pessoas "furando" a quarentena no Brasil inteiro, o que gerou, inclusive, movimentos nas redes sociais de críticas a essas condutas. Em Belo Horizonte, por exemplo, um perfil no Instagram foi criado com o objetivo de denunciar festas clandestinas e aglomerações durante o período de isolamento social, esse perfil chegou a reunir 50 mil seguidores em abril de 2020 e realizava diversas postagens por dia denunciando pessoas que "furavam" a quarentena, outros perfis com o mesmo intuito foram criados em outras regiões do Brasil[13]. No entanto, é necessário tentar entender as razões e motivações dessas dinâmicas e com cuidado para não cair em uma visão dicotômica e preconceituosa que coloca comunidades e favelas como um "problema" a ser resolvido.

Anteriormente, foram apresentados os riscos que a não adesão às condutas de prevenção e contenção ao vírus da Covid-19 podem apresentar, principalmente em áreas de vulnerabilidade social, evidenciando a atenção especial que essas áreas devem receber do Estado, sobretudo em momentos de crises. Já nessa seção, será explorado as possíveis motivações e razões para esse fenômeno e o que evidenciam.

Não foi raro ouvir dos oficineiros que os jovens se encontravam nos espaços de convívio social, como quadras e becos, sem máscara para passar o tempo, assim como a circulação livre

[13] Atualmente não se sabe sobre a permanência e existência de tais perfis, mas é possível encontrar na internet matérias e reportagens sobre esse fenômeno digital. As informações desse exemplo em específico foram retiradas de uma matéria produzida pelo Portal R7, disponível no seguinte endereço eletrônico: https://noticias.r7.com/minas-gerais/perfil-que-denuncia-furos-na-quarentena-atinge-50-mil-seguidores-17042020, acesso em 19 jan. 2022.

das pessoas e os contatos entre vizinhos, e sempre destacando a ausência de proteção individual adequada. Ao deparar com essas impressões e relatos dos oficineiros, várias perguntas surgiram. Será que esses jovens periféricos "furam" a quarentena pelos mesmos motivos que jovens de classe média e classe média alta do Brasil o fazem? E quais seriam essas motivações? O que provoca a circulação das pessoas nas comunidades sem máscara e quais são as preocupações delas em relação ao coronavírus? Será que não há preocupação em relação à pandemia? Qual o papel do Estado na tarefa de conscientização?

Essas perguntas renderiam um trabalho inteiro dedicado apenas a elas. Então, aqui, iremos realizar o esforço de tentar entender, mesmo que superficialmente, algumas dessas questões recorrendo a outros trabalhos que trataram sobre pandemia em comunidades e tiveram impressões parecidas (baixa aderência aos cuidados básicos recomendados, como uso de máscara, isolamento social, etc.), o que pôde agregar às impressões e relatos observados nas entrevistas com os oficineiros e trouxe uma perspectiva mais ampla para essas dinâmicas, tendo em vista que não foi algo observado apenas em Belo Horizonte, ou encontraram correlações que podem ajudar a traçar uma hipótese.

Sousa et al. (2021) fazem uma reflexão sobre a pandemia do Covid-19 em comunidades do Rio de Janeiro, partindo da relação que essas localidades possuem com o resto da cidade. Os autores observam que a pandemia é vivida e enfrentada de formas diferentes em cada território, pois vai de encontro com a realidade vivida pelas pessoas. As autoras também apontam para a intensificação e potencialização de dilemas que são antigos nas comunidades, como observamos anteriormente. E em relação às orientações sanitárias, explicitam: emprego e renda, uma questão que impossibilitava essas pessoas de se manterem isoladas, tanto pela necessidade de correr atrás da renda que diminuiu com o advento da pandemia, tanto aqueles que não haviam a possibilidade de trabalhar de casa; condições das moradias, casas com poucos cômodos e pouca ventilação, às vezes com escassez de água encanada, luz e saneamento básico, tornando a tarefa do isolamento social mais complicada e ressaltando as desigualdades sociais no quesito habitação.

Macedo et al. (2020) comentam sobre a falta de acesso aos produtos básicos de higiene e ao álcool em gel 70%, que nos tempos de pandemia foram vendidos em alguns lugares a 400% do valor real, tornando a orientação básica de higiene contra o Covid-19, mais difíceis de serem seguidas por comunidades pobres. O IBGE (2020, p. 7) em uma nota técnica sobre aglomerados subnormais, nome técnico dado às favelas brasileiras, ressalta:

> "No caso da COVID-19, é preciso considerar as características socioeconômicas e geográficas dessas áreas, como a falta ou o acesso limitado ao saneamento e à coleta de lixo, o custo dos produtos de higiene pessoal, o tipo de emprego (trabalho informal, subempregos, empregos com impossibilidade de se trabalhar de casa e vínculos empregatícios mais frágeis etc.) entre outras vulnerabilidades. "

Bezerra et al. (2020) em pesquisa sobre "Fatores associados ao comportamento da população durante o isolamento social na pandemia de Covid-19" encontraram correlação entre as condições de habitação e a disposição em permanecer isolado socialmente, no caso, as pessoas que na pesquisa consideraram sua residência como péssima demonstraram menor disposição em permanecer isolados do que aqueles que consideravam sua habitação como boa ou ótima.

Esse breve recorte social demonstra que, apesar das orientações para enfrentar a disseminação do vírus da Covid-19 serem mundiais, as possibilidades reais para o enfrentamento da pandemia em diferentes territórios (Sousa et al., 2020), diferentes contextos, recortes e extratos sociais e demográficos exigem um olhar que consiga enxergar as particularidades envolvidas e pensar em soluções que promovam igualdade no enfrentamento da pandemia. Nesse contexto caótico, uma dinâmica de solidariedade surge nas comunidades, como aponta um dos entrevistados.

> "O que salva a galera nesse momento são essas redes de apoio, as redes alternativas que a gente vai encontrando, não é? "

(Oficineiro V)

Essa mobilização comunitária em rede para apoiar uns aos outros sugere a potencialização das carências nas comunidades, mas também evidencia o surgimento de espaços e práticas inovadoras que têm como protagonistas grupos populares (Sousa et al. 2020). As falas dos oficineiros em relação às redes de proteção que se formaram mostram um senso de comunidade e de "eficácia coletiva" contrariam os termos da desorganização social no contexto da pandemia. Na falta e na potencialização de problemas estruturais, a comunidade, por meio de um mapeamento interno das famílias e casas que estão passando por necessidades, conseguem, com a ajuda de redes alternativas, organização de vaquinhas, distribuição de cestas básicas e outras soluções inovadoras, mobilizar recursos externos (nesse caso doações de pessoas físicas, empresas privadas e outras entidades) para fornecer o mínimo de dignidade aos seus pares.

É claro que a existência de lideranças comunitárias, ONGs, grupos populares e ativistas em prol do bem-estar das comunidades já existiam pré-pandemia, mas aparentemente, com a intensificação das dificuldades já existentes, os olhos da vizinhança passaram a estar mais abertos para as dificuldades ao lado.

3.3. Covid-19 e o Fica-Vivo! (o que mudou?)

Neste eixo serão observadas as impressões dos oficineiros em relação às mudanças que ocorreram especificamente no programa Fica-Vivo! em decorrência da paralisação das atividades pelo advento da pandemia, desde a sensação em relação aos jovens quanto a gestão do programa.

Como o programa foi paralisado e não haveria mais o funcionamento das oficinas, o contrato dos oficineiros foi suspenso. Como Silveira (2007) em seu trabalho ressalta, os oficineiros possuem um contrato de trabalho frágil e precário, que não os garante direitos trabalhistas, além disso Chaves (2018) esclarece que ao final dos contratos não há garantia de permanência no projeto e nem no território em que atuava. O impacto da suspensão desses contratos afeta diretamente os oficineiros, posto que muitos tiram suas rendas (ou parte da renda) da oferta das oficinas. Em um contexto de potencialização de problemas estruturais e sociais, a perda dessa renda significa muito, deixando muitos dos oficineiros em situação de dificuldade financeira e econômica.

A suspensão dos contratos afeta, também, de forma indireta os jovens e a comunidade que perdem uma ação essencial do eixo de proteção do programa Fica-Vivo!, que são as oficinas. Esse fato foi sentido pelos oficineiros por meio do comportamento dos jovens, que demonstravam ter saudades das oficinas e dos espaços de socialização. Os jovens continuaram procurando os oficineiros, mandando perguntas, pedindo orientações, materiais emprestados (como bolas) e parando-os nas ruas, além de continuarem se encontrando para ter momentos de lazer.

Como observado anteriormente, a dinâmica na comunidade deu continuidade apesar do advento da pandemia, inclusive dinâmicas criminais que resultam em homicídios e violência. Com isso, diversas demandas surgiam, chegavam ao oficineiro e não tinham onde desaguar. Em tempos normais essas demandas seriam acolhidas pelo programa e os próprios oficineiros ajudavam a equipe técnica a ter consciência das demandas e, também, acabavam ajudando a mediar conflitos, o que era possibilitado pelo contato constante com os jovens. Apesar dos jovens continuarem contratando os oficineiros, é algo que ocorre de forma disseminada, não há mais um espaço de reunião e socialização que era promovido pelas oficinas. Por mais que os jovens ainda se encontrem para praticar esporte, os oficineiros evitam estar presente nesses locais para não promover mais aglomerações e ser confundido com uma figura que é conivente

com esse comportamento. Os oficineiros tentam sempre passar orientações em relação ao isolamento social e aos cuidados de higiene e prevenção a Covid-19.

Além disso, com a paralisação do programa, os jovens perderam também um espaço de socialização que, além do lazer, promovia um espaço de comunicação protetiva, em que os próprios jovens alertavam uns aos outrosdesague e a equipe do Fica-Vivo!, sobre locais que não estavam propícios para circulação, pois havia informação da possibilidade de ocorrência de violência naquela área, assim eles se avisavam e se protegiam.

Os oficineiros também relataram uma sensação de mudança em relação à perda dos jovens para a criminalidade. Como dito anteriormente, a dinâmica criminal nas comunidades não parou, sendo assim, os oficineiros relataram que alguns jovens que faziam parte do programa estariam se envolvendo criminalmente durante esse período de hiato do programa, assim, essa sensação de perda dos jovens teria aumentado. Sobre essa percepção, não há ainda nenhum estudo de alcance nacional ou regional sobre o impacto direto do apelo da criminalidade para jovens em tempos de pandemia. A hipótese aqui é de que com a paralisação no mercado de trabalho, alguns jovens perderam seus empregos e outros ficaram ainda mais desmotivados em entrar no mercado, essa situação em oposição às "facilidades" ilusórias apresentadas pelo mundo do crime, em concomitância com a paralisação de programas de prevenção e oferta de serviços públicos e aumento do tempo ocioso, comporia um quadro em que a atratividade pelo mundo do crime teria um apelo fortalecido para jovens nessas situações de vulnerabilidade social. Inclusive, se formos levar em conta o aumento da violência doméstica, como abordado anteriormente, e a vontade inerente de "sair de casa" para se afastar de situações de violência ou desconfortáveis, além da própria vontade de sair do confinamento social provocado pela pandemia, a criminalidade com suas soluções fabulosas seria um caminho com forte potencial de apelo.

> "Hoje com essa parada do programa, o que a gente perdeu de menino que a gente fazia um trabalho ao longo do tempo com eles. A gente perdeu muito menino para o tráfico." (Oficineiro U)

De acordo com os oficineiros, houve tentativa de comunicação com o governo, com a sugestão de fazer atendimentos online ou alguma forma para que os contratos não fossem suspensos integralmente e as atividades dos oficineiros pudessem funcionar de forma parcial ou em outros formatos. Mas, de acordo com eles, não houve espaço para diálogo.

Depois de um certo período de pandemia o Fica-Vivo! voltou a atuar no âmbito dos técnicos, enquanto as oficinas e os oficineiros continuaram parados. Dessa forma, as demandas não chegavam nos técnicos, pois os responsáveis por esses repasses são os oficineiros. O que dificulta algumas ações do programa, como a realização da análise da dinâmica social das violências.

Há ainda o fenômeno "o que não é visto, não é lembrado". As comunidades lidam constantemente com programas e projetos que vêm e vão na comunidade. Logo, um projeto que é interrompido muitas vezes ou "some" acaba ficando descredibilizado, dificultando o processo de adesão dos jovens quando ele retorna, pois gera uma percepção de abandono para os jovens e de que aquele programa pode acabar a qualquer momento.

Apesar de todo o exposto, da paralisação do programa, os oficineiros continuaram tendo algum contato com jovens, exercendo seus papéis de conselheiros, como veremos no próximo tópico.

3.4. Oficineiros e o Fica-Vivo! (na pandemia)

> "A gente... todas as vezes que o programa para por qualquer motivo... Eu, G., o... a maioria dos meninos... o P., o S. [...] O programa para e a gente continua dando continuidade, porque assim, quando você é nascido e mora na comunidade, você... não aguenta" (Oficineiro U)

No estudo realizado por Chaves (2018), sobre uma interrupção ocorrida na execução do programa Fica-Vivo! em 2017, é relatado que os oficineiros, mesmo sem os repasses do valor para executar as oficinas, continuaram oferecendo as atividades para os jovens com recurso próprio. No contexto da pandemia, isso não pôde ocorrer, mas os relatos dos oficineiros leva a crer que, se não fosse o empecilho do isolamento social e da contra indicação para aglomerações, as ações dos oficineiros teriam seguido na mesma linha do ocorrido em 2017, demonstrando a auto percepção de importância do trabalho realizado pelos oficineiros.

Nesse eixo iremos, então, reunir e analisar as percepções em relação a atuação e o papel dos oficineiros no programa durante o período da pandemia e como essas relações se estabeleceram na visão dos oficineiros.

As oficinas são pensadas pela equipe técnica do programa e implementadas a partir da análise da dinâmica social das violências e da criminalidade em conexão com o entendimento das demandas da comunidade, em especial o público alvo do programa, adolescentes e jovens entre 12 e 24 anos de idade e, portanto, são uma ferramenta para aproximação e atendimento a esse público, em que vão além de um espaço para aprendizado de um ofício (SEJUSP, 2021). Dessa forma, as oficinas possibilitam:

- O estabelecimento de vínculo entre os adolescentes e jovens e o Programa;
- A abertura de espaços para expressão de diferenças e singularidades sem julgamentos morais e preconceituosos;
- A criação de espaços de reflexão sobre formas de prevenção e redução de conflitos e rivalidades violentas;
- A promoção da circulação de adolescentes e jovens pela região de moradia;
- O favorecimento da integração entre os adolescentes e jovens atendidos (SEJUSP, 2021, p. 24)

As possibilidades que as oficinas oferecem e que vão de encontro com os objetivos específicos do programa, como visto anteriormente, dependem da figura estratégica do oficineiro. Logo, o papel que eles exercem também extrapola o de mero ministrador de oficinas.

O que se espera dos oficineiros, assim como o que se espera das oficinas, perpassa por ações que ultrapassam a de transmitir um ofício, como:

> - [...] Favorecer a criação de vínculo entre o público atendido na oficina e o Programa Fica Vivo!; [...]
> - Trabalhar temáticas a partir daquilo que os adolescentes e jovens manifestam na oficina;
> - Favorecer a reflexão de adolescentes e jovens sobre formas de prevenção e redução de rivalidades violentas;
> - Favorecer que adolescentes e jovens que não se interessem pelo atendimento em oficinas se conectem as outras atividades do Programa ou aos demais serviços da rede de proteção; [...] (SEJUSP, 2021, p. 25)

Além das ações e habilidades de comunicação citadas anteriormente, de acordo com a SEJUSP (2021), se espera também ações de cunho laboral e de articulação dentro do programa, como elaborar lista de presença, colaborar com outros atores do programa, participar de reuniões e capacitações, entre outros. As atividades citadas que envolvem aproximação, vínculo e confiança dos jovens, no entanto, é o que tornam os oficineiros essa figura estratégica, pois atuam dentro da comunidade.

Beato (2017) ressalta a "Lógica da Articulação Comunitária" como um dispositivo normativo que tem como peça-chave o oficineiro, por isso, ele seria essa figura estratégica. Nesse contexto ele teria o status de *broker* ou intermediador (BURT, 2001; LAVALLE E BÜLLOW, 2014 apud BEATO, 2017, p. 15). O *broker* é essa figura que promove a intermediação de atores, e nessa posição, esse ator pode "escolher dispor das informações e benefícios particulares que lhe possibilitam essa posição ou trazê-las à tona no grupo como parte da sua função de intermediação" (BEATO, 2017, p. 15). No período da pandemia, os oficineiros se encontram nessa posição estratégica que os permitiu escolher dispor das informações ou não, como veremos a seguir.

Os oficineiros sabem, então, da importância e relevância do seu papel e se sentiram extremamente desamparados com a suspensão dos contratos. De acordo com SEJUSP (2021, p. 33) "a execução do Programa Fica-Vivo! foi impactada pela pandemia de COVID-19, havendo restrição da execução de oficinas de abril a agosto" em 2020. Essa informação indica que nos outros meses, de janeiro a março e de setembro a dezembro, as oficinas voltaram a ser realizadas e que foram apenas cinco meses de paralisação do programa. Algumas perguntas ainda pairam no ar. Queremos saber: como se deu o retorno das atividades? Os oficineiros

voltaram a ser contratados? Houve manutenção da equipe ou foram feitos novos processos seletivos? O retorno das oficinas em setembro se deu de maneira integral? As respostas para essas perguntas não foram encontradas nas notícias disponibilizadas de forma oficial pelo site da SEJUSP e nem em algum outro documento. Houve a intenção de realizar uma entrevista com um responsável pelo programa Fica-Vivo! da SEJUSP, mas como essas questões surgiram durante o processo de análise e já com o trabalho em andamento, não foi possível realizá-la por falta de tempo hábil para tal.

Nos meses de interrupção, como expressado anteriormente, os oficineiros tentaram dialogar para terem seus trabalhos aproveitados de alguma forma, para que pudesse continuar ocorrendo a execução de atividades e auxílio por parte dos oficineiros para que os contratos fossem mantidos, mesmo que de forma reduzida, mas não houve diálogo. Nas falas dos oficineiros, percebe-se o desenrolar da seguinte situação que leva ao cruzamento com a posição de *broker*: aparentemente eles eram requisitados pela equipe técnica para ajudar na leitura do território em relação à ocorrência de homicídios. Entende-se que alguns se organizaram para não fornecer essas informações, pois estavam com os contratos suspensos, sem receber, se sentiam descartados e, portanto, não colaboraram fornecendo ou ajudando na leitura de tais informações.

No Periscópio Sindical nº 2711, de 09 de abril de 2020, da Central Única dos Trabalhadores (CUT) é veiculada uma notícia referente a movimentação de oficineiros do programa Fica-Vivo![14]. De acordo com a matéria, o Coletivo Corrente Ativa Vivo, formado por oficineiros, estaria denunciando o fato de terem seus contratos suspensos em 31 de março de 2020, atingindo 393 oficineiros, a matéria fala também da tentativa de diálogo mencionada aqui anteriormente. Tal percepção fica evidente na fala de um dos entrevistados:

> "[...] Já que nós somos só para passar informações, nós não vamos passar mais. Já que a gente tem que resolver aqui, tem que ligar para falar o que está acontecendo... sem solução é fácil, agora nós tomamos esta postura há dois meses atrás quando a gente estava tendo a reunião, gritando pela internet... nós tomamos esta decisão de não falar mais, então nós também nos calamos." (Oficineiro Z)

[14] Disponível em https://issuu.com/dinhost/docs/1716_periscopio-sindical-, p. 12. Acesso em 18 jan. 2022.

Tendo em vista a importância do papel do oficineiro no programa Fica-Vivo!, um programa que é reconhecido[15] como importante para a política pública de prevenção a criminalidade, em que a construção do vínculo entre Estado e comunidade local é importantíssima para o sucesso do programa, é preocupante que ele seja um ator com vínculos trabalhistas tão frágeis e que os colocam nesse lugar de desvalorização.

[15] Em 2006 o programa foi finalista do Prêmio Global da ONU na categoria de Excelência de Melhores Práticas para a Melhoria do Ambiente de Vida e em 2011 foi citado como uma das iniciativas brasileiras mais bem institucionalizadas no relatório do Programa de Redução da Violência Letal contra Adolescentes e Jovens.

3.5. Oficineiros e o Fica-Vivo! (instabilidades e dinâmicas de trabalho)

> "o oficineiro, assim, ele… vai ficando também de saco cheio de tanto que ele batalha né... Ele batalha para o programa não acabar, ele batalha para o jovem não morrer, aí ele batalha para sustentar a família, ele batalha para um monte de coisa. Então, assim, vai chegando uma hora que não aguenta" (Oficineiro U)

Até em momento anterior à pandemia, existiam em torno de 400 oficineiros contratados. No estudo realizado por Silveira (2007), há a percepção de diferentes perfis de oficineiros. Aqueles que seriam a minoria que vestem a camisa do programa e realmente engajam com o objetivo, se identificam com o papel de educador social e, de certa forma, militam pelo programa e aqueles que encontram nas oficinas uma forma de ter uma fonte de renda e isso é tudo. Nessa seção, o objetivo é buscar agrupar as percepções e como os oficineiros tematizam seus lugares dentro do programa, reunindo dificuldades, instabilidades e dinâmicas de trabalho, tanto na pandemia como no geral.

Como visto anteriormente, o que se espera dos oficineiros ultrapassa as atividades de um mero ministrador de oficinas, essa expectativa que recai sob os ombros dos oficineiros faz com que ele carregue grandes responsabilidades, porém com baixa contrapartida. Silveira (2007) comenta sobre queixas de alguns oficineiros em relação a baixa remuneração, falta de material para oficinas e percepção de desigualdade no tratamento da equipe gestora com os próprios oficineiros, em que alguns seriam mais privilegiados do que outros. Além disso, esse papel de mentor não é simples, exige capacitação adequada, vocação, disponibilidade de tempo e tato para lidar com jovens e adolescentes, para conquistar a confiança e estabelecer um vínculo. Tarefa árdua em que a maioria dos oficineiros não se vêem motivados para exercê-la, posto que há a existência da baixa remuneração, desvalorização e outras queixas como mencionado.

Da pequena amostra de seis oficineiros, cujas falas analisamos aqui, a percepção é de que todos eles se enquadram no grupo daqueles que vestem a camisa do programa. Percebe-se esse perfil pela forma que eles se colocam e identificam sua atuação como oficineiros, como eles narram suas relações com os jovens e contam das suas experiências no programa. Realmente, eles se alegram com casos bem-sucedidos de jovens que deixaram o envolvimento com a criminalidade para viver uma outra forma de vida, engajam com o objetivo de prevenir a criminalidade e com o bem-estar dos jovens. Preocupam-se, ainda, em ajudar a comunidade e se encontraram no papel de liderança comunitária e educador social.

No entanto, essa identificação com o programa, com os objetivos do projeto e com os jovens não significa que não sejam percebidas dificuldades e que se construam críticas em torno do Fica-Vivo!. Os oficineiros entrevistados demonstraram a vontade de ter uma voz mais ativa, de participar mais de diálogos de construção do programa, de elaboração de ações e soluções, de ter um contato maior com os gestores do Fica-Vivo! e de ter mais reconhecimento. No período da pandemia, aparentemente, essas sensações e vontades se tornaram mais latentes, com a suspensão do contrato dos oficineiros enquanto em algum momento o programa voltou à ativa, com a ausência de diálogo para encontrar soluções que não necessariamente precisariam envolver a suspensão completa dos contratos e com a percepção de que eram vistos como números e repassadores de informações para a equipe técnica e grupo gestor. As falas dos oficineiros apontaram para certo descontentamento com a configuração do programa, como pode ser visto a seguir:

> "Mas assim, se o poder público, se ele não... nesse momento... ele não nos abraçar, [abraçar] nossa causa como a gente abraça sempre a comunidade, a coisa vai ficar mais difícil. " (Oficineiro U)

> "uai gente, a equipe técnica, gestor e o programa vivem através das nossas informações, do que a gente passa, os números, o que está acontecendo nas comunidades, a gente faz um relatório que eles fazem outro. Se a gente não tem valor para eles enquanto trabalho, enquanto pessoa, enquanto membro da comunidade, enquanto é… educador social, qualquer coisa nesse sentido, vamos nos calar e foi o que todos os núcleos, essas lideranças fizeram " (Oficineiro Z)

Além disso, os oficineiros relataram um pouco da dificuldade que ronda o processo de construção de laços e confiança com os jovens, que é um processo demorado, mas que depois que há a construção do laço, o oficineiro realmente se torna uma figura de referência. A chegada de um novo oficineiro no território também é um processo delicado, pois até que os jovens se acostumem com a mudança, "peguem firmeza" com essa nova figura e seja construída a dinâmica daquela oficina, há dificuldades como a baixa adesão às oficinas. Os oficineiros relatam que, mesmo após a consolidação de suas oficinas, o trabalho não deixa de ser um desafio, pois as dinâmicas criminais estão sempre em mudança e é necessário trazer novidades para manter o jovem engajado. A seguir algumas falas que tematizam essas percepções:

> "Como entrar, como conseguir os primeiros jovens, porque nossa, oficineiro quando entra, gente… Aí é a parte sofrida, viu? Você conseguir público, você fica numa tensão muito ruim." (Oficineira V)

> "porque eu entendo muito bem nesta prática destes anos todos desse programa que é insustentável você cravar algo sobre o tráfico. Você não consegue cravar algo sobre o tráfico. Hoje ele está tranquilo, amanhã ele começa uma sequência grande" (Oficineiro Y)

Em contexto de paralisação do programa, esses processos se tornam uma questão. É perceptível que as ações dos oficineiros não é algo que se constrói da noite para o dia e exige paciência, calma e perseverança. Uma paralisação, que seja de seis meses, pode fazer com que esse trabalho de longo tempo seja perdido. Essa preocupação também foi relatada no estudo de Chaves (2018) em relação à paralisação que ocorreu em 2017. Essas preocupações eram compartilhadas entre os próprios oficineiros entrevistados por ele, o possível rompimento de vínculo duramente construído, seja por que o jovem passou a se envolver com dinâmicas criminais ou pela extensão do território e quantidade de jovens que sem um espaço semanal de encontro e prevenção acabavam ficando mais afastados da figura do oficineiro. Além disso, há a possibilidade da troca de quadro dos oficineiros, já que não há garantia de manutenção da equipe quando o período de vigência do contrato chega ao fim. Como no caso, o que houve foi a suspensão dos contratos, não se sabe se a mesma equipe será mantida (ou mantida) quando as oficinas voltarem a funcionar.

A seguir será observado o processo mencionado de construção de laços e confiança entre jovens e os oficineiros, de forma que será possível entender melhor como essa dinâmica se sustenta e como é realmente construído um laço de proximidade que ultrapassa as oficinas e exige um lado emocional e pessoal do oficineiro.

3.6. Oficineiros e o Fica-Vivo! (relação com os jovens)

> "É oficineiro e você é um pouco de tudo, você é pai, é a mãe, você é psicólogo, você é amigo, você é confidente, você é tudo 'né'... Quando o jovem pega é.... uma certa intimidade com você e ele confia em você, assim, até que alguém prove o contrário ou que ele veja o contrário, o que vale é o que você fala" (Oficineiro U)

Nessa seção, o esforço será de agrupar e analisar os relatos que falam sobre a relação entre os oficineiros e os jovens, destacando como os oficineiros percebem a busca deles pelos jovens em razão de eles representarem figuras de exemplo e de liderança e outras dinâmicas de proximidade. Essa relação de confiança só é possível porque o oficineiro atua no limiar entre o legal e o ilegal, de forma que ele se apresenta no território como uma figura de confiança para os jovens, mas que deixa claro não ser conivente com atos infracionais ou criminais, como uso de drogas, porte de arma de fogo e resolução de conflitos baseado na violência. Beato et al. (2017) ressaltam esse posicionamento como sendo o que permite a aproximação do Estado e das políticas públicas com jovens que, na maioria das vezes, não são alvo ou não são atingidos pelas políticas públicas. Assim, "a tolerância a certas ilegalidades pode ser um recurso legítimo para a construção da presença do Estado em suas margens" (Beato et al., 2017, p. 24).

O oficineiro, então, no auxílio de mediação de conflitos, utiliza do emocional para conversar com o jovem e dissuadir da prática da violência. Nos relatos, um dos oficineiros conta sobre um caso de mediação de conflitos em que ele atuou diretamente em contato com atores que potencialmente poderiam cometer um homicídio e que, na base da conversa, mediada pelo oficineiro, o conflito foi solucionado. Ao achar o "culpado" da confusão, este foi expulso da área, mas não foi assassinado e a ocorrência de um homicídio foi prevenido por intermédio dessa atuação do oficineiro. Sobre mediação de conflitos, a fala a seguir demonstra um pouco de como funciona essa dinâmica com participação do oficineiro e que foi proporcionado pelo trabalho desenvolvido por meio do Fica Vivo!:

> "[...] Com a chegada do programa a gente conseguiu ter diálogo e mediar certos conflitos com os meninos e hoje eles têm essa confiança na gente de chegar e poder falar assim: olha, fulano… vai aprontar ele." (Oficineiro W)

Essa relação de confiança, que permite que os oficineiros auxiliem na mediação de conflitos e ajudem a encontrar alternativas não violentas colaborando com a prevenção à criminalidade e homicídios, só é possível porque eles são procurados para orientações, conselhos e ajuda que partem de demandas muito pessoais dos jovens. Essas demandas pessoais dos jovens exigem do oficineiro uma atuação de 24 horas e, além da disponibilidade de tempo,

uma disponibilidade emocional enorme. Há uma relação de confidência que se equilibra na linha tênue da figura do oficineiro como alguém confiável, mas não conivente. Essa não conivência e a presença do diálogo aberto são ressaltados na fala a seguir:

> "eu já falo assim: ó, sai com essa droga para lá porque o paizão não pode não, por causa da saúde dele! Vai guardar esse revólver lá porque o paizão não gosta desse trem não! Eles todos, todos [fazem o que foi pedido]! Mas foi um tempo, uma construção." (Oficineiro Z)

Há relatos de um oficineiro que falava de forma aberta para um dos jovens que o sonho dele era ver aquele jovem fora da criminalidade, após algum tempo e muito trabalho, esse jovem em questão realmente largou o mundo do crime. Infelizmente, um tempo depois esse jovem foi assassinado pelo forte envolvimento que ele possuía, mas antes desse acontecimento, ele desejou mudar o percurso da vida dele e foi atrás dessa vontade.

Outro benefício é que o oficineiro, com o uso da ferramenta do diálogo e da confiança estabelecida ao longo do tempo, consegue atuar no território e cruzar fronteiras territoriais, permitindo que os jovens consigam circular e criar relações entre as comunidades ou áreas inimigas. Essa relação de confiança e parceria também é vista por meio de ações de jovens participantes do programa que possuem envolvimento com o crime ou têm acesso a informações, que procuram proteger os oficineiros e os colegas de oficina ao avisar quando haverá algum conflito violento e pedem para que não circulem em tal área, promovendo uma existência mais segura para todos.

Os oficineiros, de posse desses papéis emocionais, se tornam uma figura de referência na vida desses jovens ocupando lugares, muitas das vezes, vagos nas vidas deles, como de pai, mãe, amigo, irmão, confidente, etc. Essa relação os coloca como um modelo de vida que pode ser seguido, uma inspiração e essa proximidade causa, também, nos jovens um certo receio ou vergonha em decepcionar essa figura próxima que eles sabem que estão indicando um caminho melhor e de menos risco para eles. Essa relação é tematizada na fala a seguir:

> "Você vê aluno, assim, da escola, do programa, assim, que você faz um trabalho de... muito tempo com eles, assim... quando eles te veem e estão traficando, assim, eles ficam com vergonha" (Oficineiro U)

Diante do exposto, fica claro que os oficineiros têm acesso a informações sensíveis das dinâmicas de criminalidade das comunidades em que atuam, tanto de locais de alta ocorrência de crimes quanto de indivíduos e jovens que possuem envolvimento com essas dinâmicas. Esse

acesso provoca tensões dentro do programa, pois, o oficineiro não pode tomar uma ação que desague npoloa quebra de confiança entre ele e os jovens, mas é pressionado, principalmente pelo eixo de repressão que faz parte do programa, a realizar o repasse dessas informações. Beato et al. (2017) ressalta que o programa se posiciona, diante dessas tensões, como tendo a preservação de vidas como norteador das ações em que o objetivo do programa se pauta nesse princípio e possui a premissa de que a repressão qualificada e a prevenção situacional devem se alinhar e coordenar para a realização desse feito.

Dessa forma, o programa não se pauta pelo controle e desvio do crime, além de não se colocar como uma "ferramenta antidrogas ou de apoio às polícias no combate à criminalidade de uma forma geral" (Beato et al., 2017, p. 15). Baseado na teoria da dissuasão focalizada, "é preciso saber como e quando aplicar a lei é a melhor alternativa" (Beato et al., 2017, p. 18). No entanto, na prática, esse desalinhamento de pensamentos, acarreta em algumas ações desarticuladas por parte do eixo de repressão qualificada que se materializa nas ações das polícias, que estão preocupadas em apreender e encarcerar.

3.7. O Fica-Vivo! e a comunidade (dinâmicas desenvolvidas e perdidas)

Na presente seção serão agrupados relatos que mostram, através do olhar do oficineiro, dinâmicas que foram criadas na comunidade em decorrência do programa Fica-Vivo! e da atuação das oficinas, assim como dinâmicas que existiram em algum momento do programa e os oficineiros sentem falta e acham que são dinâmicas que foram perdidas. Essas dinâmicas dizem respeito a uma percepção geral e não apenas durante o período da Covid-19, até mesmo porque, com a paralisação das oficinas, muitas dessas dinâmicas foram também pausadas pela ausência das oficinas. Das dinâmicas criadas estão: circulação pelo território e entre comunidades; diálogo com os jovens e comunidade e retomada de apropriação do território pela comunidade, como existência de barraquinhas e confraternização.

Silveira (2007), em sua avaliação sobre o Fica-Vivo!, faz algumas observações sobre a questão da circulação dos moradores das comunidades em territórios. Sobre a circulação entre vilas, ela aponta para a existência de demarcação de territórios e restrição à circulação dos moradores impostos por membros de gangues e traficantes. Durante a análise das falas dos oficineiros, foi possível perceber que as oficinas contribuem de alguma forma para a circulação dos jovens entre territórios, alterando algumas dinâmicas territoriais, como por exemplo, eles citam um espaço na Pedreira Prado Lopes em que é possível receber jovens de outras comunidades. As oficinas criam espaços neutros que permitem a construção dessa dinâmica de circulação e promovem a convivência entre jovens de comunidades distintas. A seguir, algumas falas que tematizam essa dinâmica:

> " [o] Campo do Pitangui [...] é uma outra parte da Antônio Carlos, da comunidade, onde se encontram todas as tribos. É o único espaço no programa, na Pedreira Prado Lopes que encontram jovens de todos os lugares" (Oficineiro U)

> "Eu tenho jovens...É… Atendo jovens de localidades bem distintas dentro do bairro Jardim Felicidade é… e o objetivo nosso foi fazer com que esses jovens circulem dentro da comunidade, porque a dinâmica criminal no Felicidade é muito louca. Por exemplo, eu tenho jovens da rua 41 que não podem ir na rua 9 de forma alguma porque o dono da boca de lá não aceita. Eu tenho jovens da [rua] 30 que não pode ir na [rua] 16 que a… A dinâmica, a briga entre eles é muito forte. Acabava que as oficinas do Fica-Vivo! faziam que esses jovens circulavam nesses espaços. 'Ah, 'tá' indo na oficina ou tinha uma atividade, uma dinâmica diferente…' Então você conseguia trazer os jovens dessas localidades pra um espaço mais neutro." (Oficineiro X)

> "Eu saio muito com os jovens, a dinâmica de circulação, só que eu convido também jovens de outras comunidades para virem ao Felicidade para poderem jogar." (Oficineiro X)

> "Quando o Fica-Vivo! veio para a comunidade, ninguém entrava na [comunidade] Beira Linha. Tinha uma linha… riscada por eles de cal mesmo. Quem morasse no [conjunto] Paulo VI não podia passar na Beira Linha, morador, instrutor, criança, qualquer um deles... e quem morava no Beira Linha não podia passar para o Paulo VI" (Oficineiro Z)

A dinâmica de circulação também impacta na sensação de segurança. Silveira (2007) aponta para uma possível redução dessas restrições de circulação após a chegada do Fica-Vivo!, apesar da ainda existência de algumas dificuldades em casos específicos, como por exemplo, de jovens que são envolvidos com dinâmicas criminais e realmente ficam restritos de circular por razão de brigas entre gangues, o que acaba englobando também alguns familiares desses jovens, existência de guerra durante um certo período que causa restrição de circulação com base em horário, entre outros. Essa percepção apontada por Silveira (2007) corrobora com a fala dos oficineiros, demonstrando que mesmo com uma distância de mais de dez anos entre a análise de Silveira e a entrevista com os oficineiros utilizada aqui para análise, realizada em 2020, a percepção sobre a dinâmica de circulação parece não ter se modificado muito.

Outra dinâmica criada é a de diálogo, que propicia a relação de confiança entre oficineiros e jovens, citada anteriormente, essa relação de confiança se estende, também, para a comunidade. A relação de confiança gera um efeito "bola de neve", pois ao adquirirem confiança, tanto nos oficineiros quanto nos outros atores que também fazem parte dessa rede de proteção, os jovens passam a se envolver mais com o programa e, posteriormente, a influenciar outros jovens a participarem do programa, gerando uma cadeia de difusão orgânica (Peixoto, 2008). Os oficineiros, juntamente ao Fica-Vivo!, parecem assumir uma posição de diálogo que provoca uma sensação de maior proximidade do Estado com a comunidade à medida que essa comunicação se desenvolve bem com os jovens e com os moradores. Nesse sentido, o programa se torna uma das referências de busca e solicitação dos serviços em situações de violência (Beato, 2017). A seguir uma fala que tematiza bem a dinâmica do diálogo:

> "Eu acho que as pessoas precisam é de diálogo, o Programa Fica-Vivo! nasceu dessa forma. O Programa Fica-Vivo! ele perdurou até hoje através de diálogo [...] a comunidade, a gente dialoga com ela, os meninos… a gente dialoga com eles. O Programa Fica-Vivo! aprendeu desde o princípio a dialogar." (Oficineiro Y)

O diálogo ainda propicia a formação de uma rede de proteção entre os jovens e entre eles e os oficineiros. Como visto anteriormente, através do diálogo e da confiança estabelecida, os jovens estabelecem uma comunicação ativa com a intenção de se proteger com base nas

informações que possuem acesso, inclusive aqueles que correm o perigo de terem suas vidas ceifadas. O oficineiro W tematiza essa relação na fala a seguir:

> "Hoje eu não vou dizer para vocês que [a ocorrência de homicídios] acabou, porque pode acontecer que em um final de semana tenha homicídio, mas é igual eu disse, os meninos, eles têm... eles criaram uma confiança tão grande na gente que eles chegam e falam...tira ele daqui."(Oficineiro W)

Ainda sobre o diálogo e a importância das redes de comunicação, Silveira (2007) em sua análise, por meio dos dados do *survey* de vitimização realizado em 2005 pelo CRISP, observou que esses dados demonstraram que 40% dos entrevistados declararam que conheciam o programa através de vizinhos e lideranças comunitárias, contra os outros 60% que ficaram divididos, respectivamente, entre os meios de comunicação de massa, outros meios de comunicação, meio de comunicação da comunidade e associações comunitárias. Esses resultados demonstram a importância do diálogo e do "boca a boca".

A sensação de insegurança e o medo de circular confinam as pessoas em suas casas dentro das comunidades e inibe manifestações culturais e de lazer. A "cultura da rua", tão comum em comunidades e favelas, perde espaço para o tráfico e para o crime. O Fica-Vivo, por meio das oficinas e das lideranças comunitárias personificadas na figura do oficineiro auxiliam, por meio do diálogo e do incentivo, à reapropriação do espaço da rua e dos espaços da comunidade, seja através do aumento da sensação de segurança permitindo, assim, a retomada de eventos e manifestações culturais nas ruas, como barraquinhas e feiras ou do incentivo à apropriação do espaço como, por exemplo, construção e revitalização de quadras e espaços de lazer. Essa aparente retomada da "cultura de rua" propiciada pela ação do Fica-Vivo! pode ser observada na fala a seguir:

> "daqui do Ribeiro de Abreu e no Paulo IV, que tem um histórico de que aqui antes, lá em 1990, acontecia muita barraquinha na rua, tinham muitos eventos de rua aqui que não tem mais por causa da violência que chegou e isso acabou. Mas com a chegada do Fica Vivo! isso começou a acontecer" (Oficineiro W)

Além das dinâmicas criadas, os oficineiros relataram também a falta de algumas dinâmicas que já estavam presentes no Fica-Vivo!, como por exemplo, mostra das oficinas e torneios e "projeto" de jovens multiplicadores. As mostras das oficinas e torneios eram dinâmicas que propiciavam a circulação dos jovens para além dos espaços da comunidade, atingindo locais de socialização na cidade. Mais especificamente, os oficineiros citam a Olimpíada do Fica-Vivo! e exposições de grafite e outras oficinas, como mostra das turmas de

dança, o que promovia ainda mais a interação entre jovens de comunidades diferentes, além da circulação dos jovens na cidade.

Silveira (2007) identifica a segregação espacial como uma característica da vida nas comunidades. Essa segregação espacial seria fruto da segregação econômica que leva a uma exclusão simbólica que nega o direito à cultura e ao lazer e ao acesso a locais da cidade que são polos de troca cultural e identificação de tribos. Apesar da melhora no quesito de diminuição das restrições de circulação dentro do território das comunidades e entre comunidades, em relação à circulação na cidade, o Fica-Vivo! parece ter perdido as ações que possibilitavam essa dinâmica e faziam os jovens circularem e se apropriarem de espaços na cidade, ampliando, também, o acesso aos bens culturais, como cinema e teatro.

Pegando como exemplo as Olimpíadas do Fica-Vivo!, de acordo com Silveira (2007), elas começaram a ser realizadas em 2006 e reuniam jovens participantes das oficinas de esporte de diversos aglomerados e contavam com competições que ocorriam em toda a região metropolitana de Belo Horizonte. Não se sabe ao certo quando as olimpíadas deixaram de ocorrer. Os últimos registros[16] encontrados são referentes à quinta, oitava e nona edição das olimpíadas em 2010, 2015 e 2019 respectivamente. Aparentemente, em 2011, as olimpíadas não ocorreram em decorrência de cortes de orçamento que afetaram o programa, ocasionando na não execução não só das olimpíadas, como também das mostras culturais (Bonesso, 2018). Beato (2013) apresenta uma tabela referente aos anos 2010, 2011, 2012 e 2013 sobre valores dos investimentos feitos pelo Governo do Estado de Minas Gerais no programa Fica-Vivo! e é possível notar que em 2011 não houve orçamento para "Projeto Institucional: Olimpíadas", presente nos outros anos e que a partir de 2011 não houve orçamento para "Projeto Institucional: Mostras Culturais e Torneios Esportivos", presente apenas no ano de 2010.

Vale salientar que as mostras, olimpíadas e gincanas, além de propiciar a circulação dos jovens na cidade, a interação e socialização entre comunidades diferentes, propiciam, também, a oportunidade de os jovens obterem reconhecimento por um êxito e algo positivo, possibilita trabalhar a relação de rivalidade de uma forma saudável e a resolução de conflitos de forma não violenta, bem como, treino de regras, responsabilidades e aprendizado sobre ganhar e perder

[16] Disponíveis nos sites do Instituto Elo e da SEJUSP. "V Olimpíadas do Fica Vivo!", disponível em: <http://www.institutoelo.org.br/site/noticias/leitura/438>; "8ª Olimpíada do Programa Fica Vivo!" disponível em: <http://www.institutoelo.org.br/site/parcerias/blog_programa_leitura/2013> e "Olimpíada do Fica Vivo! entra na reta final mobilizando cerca de 3 mil jovens" disponível em: <http://www.seguranca.mg.gov.br/ajuda/story/3586-olimpiada-do-fica-vivo-entra-na-reta-final-mobilizando-cerca-de-3-mil-jovens>, todos os acessos em 26 jan. 2022.

(Corrêa, 2008). Canuto et al. (2015) apontam para a entrada na criminalidade por parte dos jovens como um meio de conquistarem reconhecimento e de se inserirem em uma dinâmica de importância e de participação na *pólis*, como pequenos líderes locais que possuem algum status. Tomando essa premissa como verdadeira, a importância das dinâmicas que promovem circulação nos espaços e reconhecimento aos jovens oferecendo possibilidades de conquista e de sensação de pertencimento se tornam visivelmente importantes.

As mostras e torneios colocam os jovens em lugar de oportunidade, de vislumbre de outras potencialidades pessoais e possibilidades de futuro, ainda possibilitando reconhecimento de seus pares e da comunidade. Fomentam também um olhar de admiração por parte de outros jovens, posto que eles representam sua cultura, seu lugar de nascimento e sua identidade em direção a lugares de sucesso. Esse reconhecimento, muito almejado pelos jovens, pode ser encontrado no esporte e na cultura, tirando o espaço que a violência e a criminalidade poderiam ocupar ao também oferecer, mesmo que de forma ilusória, a possibilidade desses espaços. A seguir algumas falas que tematizam a perda dessas dinâmicas:

> "o Fica-Vivo! na cidade [...] que tinha uma exposição de grafite e que as outras oficinas poderiam se apresentar. Isso fazia com que os jovens circulassem por Belo Horizonte, jovens conhecessem outros jovens que participavam do programa dentro das comunidades, [...] as olimpíadas do Fica-Vivo!, também a mesma coisa, promovia a circulação dos jovens, os jovens mostravam que dentro das comunidades havia talentos tanto do futebol, quanto no vôlei [...] quando isso começou a reduzir, aí começa a enfraquecer o programa, sabe…" (Oficineiro W)

Anteriormente, ainda nessa seção, foi visto a importância do diálogo para o programa Fica-Vivo! e de como a existência do programa se difunde por meio da própria comunidade. Posto isso, uma das dinâmicas que os oficineiros identificaram como perdida foi a de "jovens multiplicadores". Os jovens multiplicadores seriam aqueles que se envolvem tanto com o programa a ponto de desejarem participar da equipe do programa e multiplicar as oficinas. Esses seriam atores chaves para a disseminação do programa para outros jovens e para a multiplicação de lideranças comunitárias e oficineiros, já que eles chegariam a ocupar esses postos, garantindo a renovação orgânica do programa. De acordo com os oficineiros, em algum momento do programa, era oferecido cursos de capacitação, dos quais esses jovens podiam participar e dinâmicas em que eles opinavam sobre o projeto e tinham um momento de escuta, conferindo um lugar de protagonismo para os jovens na construção da política pública.

Os oficineiros conferem um enfraquecimento do programa à ausência dessas dinâmicas, perdidas antes mesmo do período da pandemia, o que indica que o programa já se encontrava fragilizado e que a pandemia pode ter sido um fator que contribuiu para enfraquecer o programa ainda mais. Para o retorno do programa seria importante repensar nessas estratégias, levando em conta as medidas sanitárias que ainda devem ser seguidas, mas com o vislumbre de retomar essas estratégias que conferem na formação de dinâmicas importantes tanto para os jovens quanto para os territórios.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O objetivo deste estudo foi observar como os oficineiros tematizam o impacto da pandemia da Covid-19 nas comunidades em que atuam e no programa Fica-Vivo!. Por meio das falas foi possível notar que as comunidades tiveram seus problemas estruturais agravados com o advento da pandemia da Covid-19 e que esse agravamento se tornou ainda pior com a diminuição da oferta de serviços públicos. Esse cenário aponta para uma necessidade maior do Estado em olhar para essas áreas e construir esforços para atender às demandas locais, pensando em estratégias e ações levando em conta as particularidades que constituem vilas e favelas, tanto no combate ao vírus quanto em relação às carências provocadas pela intensificação das desigualdades sociais.

As impressões dos oficineiros em relação ao comportamento da comunidade diante das diretrizes de combate ao avanço da doença provocada pelo contágio do coronavírus também apontam na direção das particulares e dificuldades que envolvem a vida local nas comunidades. Diferentemente da elite e da classe média alta com condições de conforto para cumprir o "fica em casa" e outras medidas de segurança, os moradores de vilas e favelas que em sua maioria se concentram na faixa da população de baixa renda, continuam tendo de lidar com os problemas estruturais que já os atingiam, lutando pela sobrevivência diária e, além disso, contra a pandemia. Não há como ter acesso a materiais de higiene básica sem ter renda para comprar tais produtos, não há como ter renda para acessar tais produtos sem trabalhar, não há como trabalhar sem sair de casa, já que muitos não tiveram a oportunidade do trabalho remoto e muitos, ainda, tiveram de recorrer ao mercado informal por terem perdido seus empregos durante esse período. Além disso, a tarefa de ficar em casa parece ser mais aprazível quando se tem acesso a bons cômodos, boa ventilação e atividades de lazer e distração dentro de casa. Nesse contexto, foi possível observar a emergência de mobilizações comunitárias de cunho solidário, as organizações sociais e as lideranças comunitárias parecem ter sido peça chave na identificação de famílias com maiores dificuldades e na distribuição de materiais essenciais. Ao analisar as falas dos oficineiros, a indicação é que esse movimento foi composto por diversos moradores das comunidades, incluindo ajuda entre vizinhos e movimentações menores e não apenas grandes mobilizações encabeçadas por movimentos sociais já consolidados.

As paralisações nos serviços públicos também foi um ponto fortemente tematizado pelos oficineiros e, claro, essa paralisação pôde ser vista também no próprio Fica-Vivo!. No curto prazo, os oficineiros declararam ter percebido a perda de alguns jovens para a criminalidade e a continuidade da dinâmica criminal, o que com a ausência dos programas de proteção aos

jovens, tiveram mais espaço para aliciar e recrutar jovens. Essa percepção aponta para a necessidade de realização de estudos quantitativos em relação aos impactos da pandemia. Ainda há o que ser visto em relação ao impacto no número de homicídios e na adesão dos jovens às oficinas pós pandemia e após retorno das atividades presenciais. Um estudo interessante seria tentar entender se há jovens que frequentavam o programa antes do advento da pandemia que deixaram de frequentar pós pandemia e porque isso ocorreu.

A precarização e desvalorização do trabalho do oficineiro também se tornou latente, permitindo observar como se deu a relação de paralisação das atividades desses atores. Mais uma vez, foi possível notar a ausência de direitos trabalhistas em contraposição à elevada importância e responsabilidade dos oficineiros no programa, estabelecendo uma contradição que indica para uma necessidade de revisão dos contratos dos oficineiros e dessa relação de trabalho que os permeia. Ainda em relação aos oficineiros e à importância dessas figuras para o programa, é imprescindível ressaltar o vínculo e o contato que se estabelece entre eles e os jovens, uma ligação que propicia a relação de proteção e cuidado que o programa se propõe a criar.

Há ainda a necessidade de atenção para o que os oficineiros tematizaram como dinâmicas que foram criadas e as dinâmicas perdidas. As dinâmicas criadas indicam para possíveis impactos que o programa consegue estabelecer nas comunidades e são pontos positivos que merecem ter a atenção de não se tornarem dinâmicas que virão a ser perdidas. As dinâmicas perdidas indicam práticas que surtiram algum efeito e foram aprovadas pela comunidade, durante o processo de restabelecimento do Fica-Vivo! Pós-pandemia, esses seriam bons pontos para se reunir esforços na tentativa de resgatá-los, até mesmo para contribuir no desejo de adesão dos jovens.

É necessário ressaltar que a amostragem do trabalho, por ser pequena, pode não representar de fato a realidade da maioria dos oficineiros que compõem o quadro do Fica-Vivo!. Porém, os achados percebidos no trabalho podem suscitar outros questionamentos e provocar para a realização de outros estudos com uma amostragem maior e que busquem, com mais dados, entender os impactos da pandemia no programa Fica-Vivo!, nos oficineiros e nas comunidades atendidas pelo programa. Além disso, foi possível ter um vislumbre da posição do oficineiro e como essa figura se materializa na realidade, saindo do lugar da teoria e realizando ações na prática.

O presente trabalho não teve pretensão em esgotar a revisão bibliográfica a respeito do histórico e funcionamento do Fica-Vivo!. Inclusive, há muito a explorar em relação ao eixo de repressão qualificada do programa, representado pelo GIE e que, na ponta, se materializa pelo GEPAR. Nas entrevistas analisadas foram percebidas algumas percepções em relação à troca de comandantes do GEPAR e como isso influencia na atuação da polícia na comunidade e na relação de parceria com o eixo de proteção social, principalmente em relação ao entendimento da proposta do programa, do diferencial de uma polícia com viés comunitário e ao fluxo de informações que circula entre os atores da ponta. Há várias tensões que se configuram dentro do programa, que merecem ser mais exploradas, inclusive em relação ao vínculo de confiança entre oficineiros e jovens em contrapartida à atuação de repressão qualificada. Neste trabalho, tal eixo não foi aprofundado porque a proposta era focalizar o eixo de proteção social, especificamente nas ações de oficinas através de uma percepção que parte do olhar particular de oficineiros. Essas questões demonstram grande complexidade, pois, nos meses iniciais de implementação do Fica Vivo!, no período do projeto piloto, as ações de repressão foram as que tiveram ações mais abrangente e esse feito auxiliou na construção de uma base para a posterior implementação das ações de prevenção situacional e proteção social, como percebido em análise realizada por Silveira (2007) sobre o Fica Vivo!. Ela aponta para a possibilidade de que sem as intervenções de natureza policial, a implementação das atividades de proteção social poderia ter ocorrido com mais dificuldade devido à necessidade de um certo nível de garantias de liberdade de circulação e de segurança.

Houve, também, uma dificuldade para se delinear e delimitar o processo de retomada do programa, ainda há questões sobre como se deu a retomada das oficinas e como ficou o quadro dos oficineiros. No geral, a breve conclusão é de que os impactos da pandemia, tanto no Brasil como um todo, quanto em Belo Horizonte e especificamente nas vilas e favelas e nos programas que foram paralisados durante esse período, aqui no caso o Fica-Vivo!, ainda há muito o que ser visto e estudado, principalmente em relação aos impactos de longo prazo. Tendo em vista que, ainda em 2022, não há um cenário de extrema certeza em relação ao andamento da pandemia devido ao cenário de vacinação mundial e brasileiro e o surgimento de novas cepas, o futuro não parece muito animador.

De acordo com as análises aqui realizadas, a indicação é de que os impactos da pandemia parecem ter sido mais cruéis para a população de baixa renda e, em relação ao Fica-Vivo!, o programa já se encontrava fragilizado devido a possíveis cortes orçamentários ao longo dos anos, à perda de algumas dinâmicas e das paralisações anteriores. De acordo com as análises

aqui realizadas, a mais recente paralisação pode contribuir para uma retomada eminentemente cerimonial, em que as oficinas serão retomadas, mas que na prática pode significar uma possível dificuldade em restaurar o número de oficinas oferecidas e de adesão dos jovens.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BEATO, Cláudio Chaves. Estudio de caso: Programa Fica Vivo en Brasil. **Iniciativa centroamericana del sector privado**, 2013, p. 1-33.

BEATO, Cláudio Chaves et al. Reducción de homicidios en Minas Gerais: un análisis del programa «Fica Vivo!». **Revista cidob d'afers internacionals**, p. 129-157, 2017.

BEATO, Cláudio. C; SILVEIRA, Andrea. M. Efetividade e Avaliação em Programas de Prevenção ao Crime em Minas Gerais. **Diálogos de Segurança Pública**. Rio de Janeiro. p. 30-53. 2014

BEZERRA, A. C. V. et al. Fatores associados ao comportamento da população durante o isolamento social na pandemia de COVID-19. **Ciência & Saúde Coletiva** [online]. v. 25, suppl 1, pp. 2411-2421. 2020

BITTENCOURT, J. A. N; SILVEIRA, A. L. G. Teoria da dissuasão focada: uma nova estratégia para enfrentar a criminalidade. **XVII Seminário Internacional Demandas Sociais e Políticas Públicas na Sociedade Contemporânea e XIII Mostra Internacional de Trabalhos Científicos**. 2021. Disponível em: <https://online.unisc.br/acadnet/anais/index.php/sidspp/article/view/21408>. Acesso em: 27 dez. 2021.

BONESSO, Márcio. Arte e esporte previnem o crime? – As políticas de segurança em Uberlândia/MG. **CONFLUÊNCIAS Revista Interdisciplinar de Sociologia e Direito**. v. 20, n. 2, p. 140-161. 2018

BORGES, D. Vitimização e Sentimento de Insegurança no Brasil em 2010: Teoria, Análise e Contexto. **Mediações - Revista de Ciências Sociais**. v. 18, n. 1, p. 141-163, 2015. Disponível em: < https://www.uel.br/revistas/uel/index.php/mediacoes/article/view/16452>. Acesso em: 13 dez. 2021

BRAGA, A; KENNEDY, D; WARING, E; PIEHL, A. Problem-Oriented Policing, Deterrence, and Youth Violence: An Evaluation of Boston's Operation Ceasefire. **Journal of Research in Crime and Delinquency**, v.38 (3), p. 195-225. 2001.

BRAGA, A. A; WEISBURD, D; TURCHAN, B. **Focused deterrence strategies effects on crime: A systematic review**. Campbell Systematic Reviews. 2019. Disponível em: <https://doi.org/10.1002/cl2.1051>. Acesso em: 29 dez. 2021.

BRAGA, M. Â. F.; DOMINGUES, L. V. Reflexões Sobre Gestão em Segurança Pública a partir de Análise do Programa Controle de Homicídios Fica Vivo. **Revista Gestão Pública: Práticas e Desafios**, Recife, v. II, n. 3, jun. 2011.

CANUTO, L. G. G; GUERRA, A. M. C; MARTINS, A. S; A guerra do tráfico como sistema de vida para adolescentes autores de ato infracional. **Cultures-Kairós [online]: Les numéros, Anthropologie et psychanalyse: débats et pratiques.** Atualizado em: 08/09/2015. Disponível em <https://revues.mshparisnord.fr:443/cultureskairos/index.php?id=1092>. Acesso em: 24 nov. 2021.

CARVALHO, M. J. L; DUARTE, V; GOMES, S. **Violência e criminalidade**. Configurações [*online*], 16 | 2015. Disponível em: <http://journals.openedition.org/configuracoes/2837>. Acesso em: 13 dez. 2021

CASTRO, M. S. M. et al. Regionalização como estratégia para a definição de políticas públicas de controle de homicídios. **Cadernos de Saúde Pública** [*online*]. v. 20, n. 5. p. 1269-1280, 2004. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0102-311X2004000500021>. Acesso em: 13 dez. 2021

CHAVES, G. O. R. Programa Fica Vivo!: reflexos da interrupção da política de prevenção social à criminalidade (2017) na execução do programa de controle de homicídios. 2018. [18], 82 f. Monografia de conclusão de Curso (Graduação em Administração Pública) - Fundação João Pinheiro, Escola de Governo Professor Paulo Neves de Carvalho, 2018.

CORRÊA, Ana Carolina Utsch. **Desafios e revisões do programa Fica Vivo à luz dos seus anos de existência.** Monografia de conclusão de Curso (Curso Superior de Administração Pública - CSAP) - Fundação João Pinheiro, Escola de Governo Professor Paulo Neves de Carvalho, 2008.

DUNWORTH, T; MILLS, G. **National Evaluation of Weed and Seed, Research in Brief**. U.S. Department of Justice. Office of Justice Programs. National Institute of Justice. Junho 1999. Disponível em: <https://www.ojp.gov/pdffiles1/175685.pdf>. Acesso em: 28 dez. 2021

GALHARDI, Cláudia Pereira et al. Fato ou Fake? Uma análise da desinformação frente à pandemia da Covid-19 no Brasil. **Ciência & Saúde Coletiva** [online]. v. 25, suppl 2, p. 4201-4210. 2020. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/1413-812320202510.2.28922020>. Acesso em: 4 jan. 2022

HAYECK, C. M. Refletindo sobre a violência. **Revista Brasileira de História & Ciências Sociais**, [S. l.], v. 1, n. 1, 2009. Disponível em: <https://periodicos.furg.br/rbhcs/article/view/10353>. Acesso em: 13 dez. 2021

IBGE. **Aglomerados subnormais 2019: classificação preliminar e informações de saúde para o enfrentamento à COVID-19: notas técnicas.** 2020. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/index.php/biblioteca-catalogo?view=detalhes&id=2101717>. Acesso em: 6 jan. 2022

MACEDO, Y. M; ORNELLAS, J. L; BOMFIM, H. F. Covid-19 nas favelas e periferias brasileiras. **Boletim de Conjuntura**. v. 2, n. 4, pp. 50-54. 2020

MINAYO, M. C. S. **Análise quantitativa: teoria, passos e fidedignidade.** Ciência & Saúde Coletiva [*online*]. v. 17, n. 3, pp. 621-626. mar. 2012. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S1413-81232012000300007> Acesso em: 24 nov. 2021.

MINAYO, M. C. S; SOUZA, E. R. **Violência para Todos**. Cad. Saúde Públ., Rio de Janeiro, 9 (1): 65-78, jan/mar, 1993. Disponível em: <https://www.scielosp.org/pdf/csp/1993.v9n1/65-78/pt>. Acesso em: 13 dez. 2021

MORAIS, I. A. B; VIEIRA, T. A. Policiamento Orientado à Solução de Problemas na Polícia Militar do Estado de Santa Catarina - Brasil. **Revista Brasileira de Segurança Pública**. v. 9, n. 1, p 232-248. fev/mar. 2015.

NETO, Theodomiro Dias. **Em busca de um conceito de "Nova Prevenção"**. Revista Eletrônica de Ciências Jurídicas. 2006

PEIXOTO, Betânia. **Uma contribuição para a prevenção da violência**. Tese de Doutorado (não-publicada). Belo Horizonte: Cedeplar/UFMG, 2008.

RIBEIRO, L. M L, MONTANDON, A. M. A. O que os policiais querem dizer com 'policiamento comunitário': Uma análise dos discursos dos oficiais da PMERJ. Dilemas: Revista de Estudos de Conflito e Controle Social. v. 7, n. 2. p. 233-260. 2014.

SEJUSP (SECRETARIA DE ESTADO DE JUSTIÇA E SEGURANÇA PÚBLICA DE MINAS GERAIS). SUBSECRETARIA DE PREVENÇÃO À CRIMINALIDADE. Portfólio Política de Prevenção Social à Criminalidade de Minas Gerais. 2021. Disponível em: < http://www.seguranca.mg.gov.br/2013-07-09-19-17-59/a-prevencao>. Acesso em: 12 jan. 2022

SILVEIRA, A. M. **Avaliação do Programa Fica Vivo no Morro das Pedras em Belo Horizonte**. 2007. 278 f. Tese (Doutorado em Sociologia e Política) - Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2007.

SILVEIRA, A. M. A Prevenção de Homicídios: a experiência do Programa Fica Vivo no Morro das Pedras. **Educação & Realidade: Juventude, Violência e Educação**, v. 33, n. 2, 2008.

SILVEIRA, A. M. et al. Impacto do Programa Fica Vivo na redução de homicídios em comunidade de Belo Horizonte. **Revista de Saúde Pública**, v. 44, n. 3, 2010, p. 496–502, 2010. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0034-89102010000300013> Acesso em: 15 dez. 2021.

SOUSA, F. M; DOMINGUEZ, M. T; CUNHA, M. B. "É como se aqui não tivesse pandemia": Reflexões sobre a pandemia por COVID-19 em favelas cariocas. **Encontros com a filosofia**. ano 9, n.14. pp. 111-125. dez. 2021.

VIEIRA, P.R., GARCIA, L.P., MACIEL, E.L.N. Isolamento social e o aumento da violência doméstica: o que isso nos revela?. **Revista Brasileira de Epidemiologia** [online]. v. 23. 2020. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/1980-549720200033>. Acesso em: 5 jan. 2022.

ANEXO 1 – Roteiro da entrevista com os oficineiros

Roteiro de entrevistas com lideranças comunitárias

1. Quais as dificuldades e problemas que vocês têm enfrentado na comunidade em decorrência da pandemia?
    - A violência e as dinâmicas criminais mudaram?
    - Como tem sido a resposta do poder público?

2. Quais são as soluções e iniciativas da própria comunidade para tentar minimizar os efeitos da pandemia?
    - Que atores (poder público, sociedade civil, igrejas, particulares, etc) tem apoiado a comunidade nessas iniciativas?

3. Caso você fosse o prefeito de Belo Horizonte, quais medidas executaria para minimizar os efeitos da pandemia na sua comunidade?

4. E se fosse o governador de Minas Gerais?
    - Como tem sido o funcionamento do Programa Fica Vivo! e das Unidades de Prevenção à Criminalidade após a pandemia?
    - Como você acredita que acontecerá o retorno às atividades da sua oficina?